

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019



ÍNDICE

Presente na Reunião de 22 JUN 2020
 DELIBERAÇÃO Aprovado por _____

O Presidente da Câmara

PARTE 1 – ENQUADRAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Mensagem do Sr. Presidente da Câmara	5
Enquadramento legal	7
Caraterização da entidade [Ponto 8.1 do POAL / R.4 n.º 12 do TC]	8

PARTE 2 – RELATÓRIO DE GESTÃO [Ponto 13 do POAL / R.4 n.º 28 do TC]

Enquadramento legal	11
Introdução	11
Atividades desenvolvidas em 2019	12
Análise da execução orçamental	26
Análise da situação económica e financeira	34
Indicadores de gestão	42
Endividamento [Ponto 8.3.6 do POAL]	43
LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	44
Disposições legais	45
Proposta de aplicação dos resultados	47
Factos importantes ocorridos após o termo do período económico	47

PARTE 3 – MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓPTICA PATRIMONIAL

Balanço [Ponto 5 do POAL / R.4 n.º 1 do TC]	49
Demonstração dos resultados [Ponto 6 do POAL / R.4 n.º 2 do TC]	51
Notas ao balanço e à demonstração dos resultados [Ponto 8.2 do POAL / R.4 n.º 13 do TC]	52

PARTE 4 – MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓPTICA ORÇAMENTAL

Controlo orçamental da despesa [Ponto 7.3.1 do POAL / R.4 n.º 6 do TC]	66
Controlo orçamental da receita [Ponto 7.3.2 do POAL / R.4 n.º 7 do TC]	70
Execução do Plano Plurianual de Investimentos [Ponto 7.4 do POAL / R.4 n.º 8 do TC]	75
Execução do Plano de Atividades Municipais [PAM]	79
Fluxos de caixa [Ponto 7.5 do POAL / R.4 n.º 9 do TC]	83
Contas de ordem [Ponto 7.5 do POAL / R.4 n.º 10 do TC]	89
Operações de tesouraria [Ponto 7.6 do POAL / R.4 n.º 11 do TC]	90
Notas ao processo orçamental e respetiva execução:	
Modificações do orçamento – receita [Ponto 8.3.1.1 do POAL / R.4 n.º 14 do TC]	92
Modificações do orçamento – despesa [Ponto 8.3.1.2 do POAL / R.4 n.º 15 do TC]	95
Modificações ao Plano Plurianual Investimentos [Ponto 8.3.2 do POAL / R.4 n.º 16 do TC]	99

Contratação administrativa – situação contratos [Ponto 8.3.3 do POAL / R.4 n.º 17 do TC]	104
Transferência correntes – despesa [Ponto 8.3.4.1 do POAL / R.4 n.º 18 do TC]	109
Transferências de capital – despesa [Ponto 8.3.4.2 do POAL / R.4 n.º 19 do TC]	118
Subsídios concedidos [Ponto 8.3.4.3 do POAL / R.4 n.º 20 do TC]	118
Transferência correntes – receita [Ponto 8.3.4.4 do POAL / R.4 n.º 21 do TC]	119
Transferências de capital – receita [Ponto 8.3.4.5 do POAL / R.4 n.º 22 do TC]	119
Subsídios obtidos [Ponto 8.3.4.6 do POAL / R.4 n.º 23 do TC]	120
Ativos de rendimento fixo [Ponto 8.3.5.1 do POAL / R.4 n.º 24 do TC]	120
Ativos de rendimento variável [Ponto 8.3.5.2 do POAL / R.4 n.º 25 do TC]	120
Empréstimos [Ponto 8.3.6.1 do POAL / R.4 n.º 26 do TC]	121
Outras dívidas a terceiros [Ponto 8.3.6.2 do POAL / R.4 n.º 27 do TC]	122

PARTE 5 – ENTIDADES PARTICIPADAS

Mapa das participações da entidade [R.26/2013 – SII – n.º 4 – Alínea a) do TC]	124
---	------------

PARTE 6 – OUTROS ELEMENTOS

Resumo diário de tesouraria [Ponto 12.2.9 do POAL / R.4 n.º 32 do TC]	126
Síntese das reconciliações bancárias [R.4 n.º 33 do TC]	127
Mapa de fundos de manelo [R.4 n.º 34 do TC]	128
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais [R.4 n.º 35 do TC]	136
Relação de acumulação de funções [R.4 n.º 36 do TC]	136
Relação nominal de responsáveis [R.4 n.º 37 do TC]	137
Certificação Legal de Contas [Art.º 76º, n.º 3 do RFALEI]	138

Notas:

POAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – DL n.º 54-A/99, de 22/02

R.4 do TC – Resolução n.º 4/2001, de 12/07 – 2.ª Secção – Tribunal de Contas

R.26 do TC – Resolução n.º 26/2013, de 14/11 – 2.ª Secção – Tribunal de Contas

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 03/09



PARTE 1

ENQUADRAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Concelho segue o rumo certo



Sempre que chega o momento de escrever um texto para o Relatório de Gestão do Município de Sernancelhe a dúvida é grande, pois escasseiam as palavras perante a certeza dos números deste documento. E os números da gestão que fazemos dos recursos dos munícipes são reveladores do nosso trabalho diário, do empenho que depositamos nas nossas ações e, sobretudo, do cuidado com a nossa saúde financeira, tanto na perspetiva do presente como para o futuro.

E, desta vez, o melhor exemplo que me ocorre para demonstrar como encaramos a gestão do nosso Município fui buscá-lo à tradição e à história do nosso Concelho. Lembro-me perfeitamente de como era a relação dos comerciantes, os conhecidos taberneiros das nossas aldeias, que fiavam às pessoas, esperavam o tempo que fosse necessário e, acima de tudo, acreditavam na palavra uns dos outros. Muitas vezes os pagamentos eram feitos ao mês ou no fim de uma temporada de resina, de vindimas no Douro ou após a apanha da castanha. Mas pouco importava: as dívidas eram sempre saldadas e os compromissos honrados.

Vem isto a propósito da gestão dos recursos públicos, pois no dia-a-dia de uma autarquia todos estes conceitos antigos são essenciais para que o equilíbrio seja sempre preservado. A palavra de honra pode não ser entendida com o mesmo sentido de então, mas o cumprimento escrupuloso dos orçamentos municipais é vital para a saúde de um Concelho; e a ideia de adiantar mercadoria e esperar pelo pagamento também não é uma realidade de uma câmara, mas também aqui há que honrar os compromissos, por forma a garantir um relacionamento excecional com as entidades bancárias, com os fornecedores e com as empresas. E ser, no fundo, um exemplo para a sociedade, como nos é exigido.

Mas uma autarquia tem ainda de fazer como estes nossos conterrâneos que lutavam para poderem aceder aos recursos, na certeza de que se nada fizessem não apareceria o sustento. Ora, por incrível que possa parecer, as câmaras municipais vivem hoje um desafio com uma dimensão nunca imaginada: têm de fazer um esforço hercúleo para conseguirem financiamentos comunitários ou apoios para a concretização de obras essenciais, ao mesmo tempo que procuram ser agentes ativos do território; e ainda têm sob a sua alçada responsabilidades de dimensão adicional, essenciais para garantir bem-estar às populações, dinâmica económica, educação de qualidade, saúde para todos, cultura tendencialmente gratuita, ação social a quem precisa... enfim, são o organismo que está mais próximo das pessoas e a quem elas recorrem sempre.

Ora, isto não tem nada de errado. Pelo contrário: é um sinal evidente de que os municípios foram o único órgão do poder, criado após o 25 de abril de 1974, que soube manter-se próximo do povo, que permaneceu no território, independentemente de vicissitudes várias, como perda de população, esvaziamento de serviços, emigração, enfim, tudo aquilo que não podemos controlar mas que nos prejudica grandemente. O que tem de errado esta realidade é que as câmaras assumam todas estas novas responsabilidades sem que a sua capacidade de decisão seja aumentada, o que aconteceria com a inevitável regionalização; e não é compreensível que as câmaras municipais tenham de o fazer num contexto de meros prestadores de serviços e não de parceiros estratégicos do País, sendo obrigadas, tantas vezes, a recorrer ao orçamento municipal para suportar obrigações do Estado.

Mas este Relatório de Gestão, apesar dos desafios que continuamente nos vão chegando, demonstra que temos sabido cumprir com a missão que nos foi confiada pelos sernancelhenses. Este documento espelha, de igual forma, que o Concelho de Sernancelhe avança, empenhado e preocupado com o bem-estar da população e com a contínua criação de condições para quem cá vive e trabalha.

Foi fundamental para mantermos os índices de dinamismo que Sernancelhe virasse o seu foco para a União Europeia, para os apoios comunitários, encarando estas ajudas como essenciais para quem ousa, em pleno Interior do País, lutar contra o Isolamento, a baixa demografia, o envelhecimento.

Foi desta forma que conseguimos ver aprovadas por fundos comunitários, entre os anos 2017 e 2019, 18 candidaturas, que representaram mais de 7,8 milhões de euros de investimento total. Apesar do apoio recebido da União Europeia ter sido de 4,7 milhões, coube ao Município um investimento superior a 3,1 milhões de euros do seu orçamento para que pudessem ser concretizadas obras fundamentais em áreas como economia, ambiente, turismo, património, educação e recuperação de equipamentos.

Várias destas obras ficarão concluídas em 2020 e 2021 e estão à vista de todos: o Espaço Empresarial Terra da Castanha; o Centro Interpretativo da Castanha; a requalificação do Antigo Quartel de Bombeiros; a aposta na mobilidade urbana com a Ecovia entre Sarzeda, Sernancelhe, Vila da Ponte e Ferreirim, incluindo passeios; o alargamento da rede de saneamento em várias freguesias do Concelho; a construção de estações de tratamento na Ponte do Abade e Quintela; a ligação de adutoras para abastecimento de água à Faia, Vila da Ponte, Freixinho, Penso, Chosendo e Seixo; a aposta na Rede Natura e no turismo de natureza em Lamosa; as requalificações no âmbito do PARU na Vila de Sernancelhe, nos centros Históricos da Lapa e Sernancelhe; as intervenções na Igreja de Sernancelhe; o Centro de Desportos náuticos do Rio Távora; e, dentro em breve, a recuperação da antiga Escola de Quintela da Lapa – Valorização patrimonial.

Mas em Sernancelhe a estratégia contempla também a consolidação e promoção do território pelas marcas que nos identificam: a castanha, Aquilino Ribeiro e a Lapa. Quanto à Castanha, ainda este ano inauguraremos o primeiro Centro Interpretativo da Castanha Martaínha do nosso País, potenciando o conhecimento junto dos mais novos e o turismo; quanto a Aquilino Ribeiro, o colóquio organizado no final do ano 2019, que contou com vários ex-ministros e académicos reconhecidos, foi exemplificativo da dimensão crescente que a sua vida e obra despertam no País; quanto à Lapa e à sua dimensão mundial, pretendemos que a valorização patrimonial no Planalto da Lapa seja um passo decisivo para que a atividade turística ganhe novo impulso e aquele local religioso consolide a sua posição de porta de entrada regional.

E porque turismo é cada vez mais trabalho em rede, parcerias supramunicipais e regionais, o concelho conta agora com uma rota de Santiago devidamente marcada. É o Caminho de Torres, que liga Salamanca a Santiago de Compostela, e Sernancelhe é estratégico neste percurso pois a fachada da Igreja Românica é descrita como a que exhibe em Portugal a mais importante e bem conservada simbologia de Santiago.

Acreditamos verdadeiramente que desta forma estamos a construir a nossa terra.

O Presidente da Câmara



Carlos Silva Santiago

Enquadramento legal

De acordo com o disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, a responsabilidade pela apresentação dos documentos de prestação de contas é do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e cotação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mesma lei.

A prestação de contas é apresentada em obediência ao disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais [POCAL] e à Resolução n.º 4/2001 – 2.ª secção, de 12 de Julho, do Tribunal de Contas [na versão em vigor], que apresenta instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas.

Em conformidade com a Resolução n.º 4/2001, resultam para o Município de Sernancelhe os seguintes elementos de prestação de contas:

N.º	Mapas Prestação de Contas	POCAL	Grupo 1
1	Balanço	5	x
2	Demonstração de resultados	6	x
3	Plano plurianual de investimentos	7.1	x
4	Orçamento [resumo]	7.2	x
5	Orçamento	7.2	x
6	Controlo orçamental da despesa	7.3.1	x
7	Controlo orçamental – Receita	7.3.2	x
8	Execução do plano plurianual de investimentos	7.4	x
9	Fluxos de caixa	7.5	x
10	Contas de ordem	7.5	x
11	Operações de tesouraria	7.6	x
12	Caracterização da entidade	8.1	x
13	Notas ao balanço e à demonstração de resultados	8.2	x
14	Modificações do orçamento – Receita	8.3.1.1	x
15	Modificações do orçamento – Despesa	8.3.1.2	x
16	Modificações ao plano plurianual de investimentos	8.3.2	
17	Contratação administrativa - Situação dos contratos	8.3.3	x
18	Transferências correntes – Despesa	8.3.4.1	x
19	Transferências de capital – Despesa	8.3.4.2	x
20	Subsídios concedidos	8.3.4.3	x
21	Transferências correntes – Receita	8.3.4.4	x
22	Transferências de capital – Receita	8.3.4.5	x
23	Subsídios obtidos	8.3.4.6	x
24	Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	x
25	Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	x
26	Empréstimos	8.3.6.1	x
27	Outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	x
28	Relatório de gestão	13	x
	<i>Outros documentos:</i>		
29	Guia de remessa		x
30	Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta		x
31	Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	x
32	Resumo diário de tesouraria	12.2.9	x
33	Síntese das reconciliações bancárias		x
34	Mapa de fundos de maneiolo		x
35	Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		x
36	Relação de acumulação de funções		x
37	Relação nominal de responsáveis	-	x

Para além dos elementos referenciados na Resolução n.º 4/2001, a Resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro do Tribunal de Contas, veio aditar os seguintes:

Alínea	Mapas Prestação de Contas	POCAL	Grupo 1
a)	Mapa das participações da entidade;	5	x
b)	Relatório e contas das sociedades comerciais previstas no artigo 3.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas quais exerçam uma influência significativa, acompanhados dos respetivos elementos seguidamente identificados:	6	x
i)	Ata da deliberação de aprovação do relatório e contas	7.1	x
ii)	Cópia da certificação legal de contas, se emitida	7.2	x
iii)	Relação nominal dos responsáveis	7.2	x
c)	Deliberações dos órgãos executivo e deliberativo, previstas no artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, bem como os estudos técnicos, económicos e jurídicos que fundamentaram o sentido da deliberação;	7.3.1	x
d)	Planos de integração ou internalização referidos no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;		
e)	Mapa da alienação da totalidade ou de parte do capital social de empresas locais e de outras sociedades comerciais [anexo 2] e cópias dos respetivos documentos comprovativos;		
f)	Identificação de eventuais medidas adotadas no âmbito do artigo 65.º da Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.	7.3.2	x

Caracterização da entidade [Ponto 8.1 do POCAL / R.4 n.º 12 do TC]

Em harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas – DR n.º 191, de 18 de agosto – II série, apresenta-se a caracterização sumária do Município de Sernancelhe:

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE		8.1.1
Município de Sernancelhe		
1.1 ENDEREÇO POSTAL		
Morada:	Rua Dr. Oliveira Serrão, 1 - 3640-240 SERNANCELHE	
Telefone	254.598.300	
N.º Identificação Fiscal:	506.852.032	
Regime Financeiro :	POCAL - Regime Geral	
1.2 NÚMERO DE ELEITORES		
N.º de Eleitores:	5.399	[fonte: SGMAI - Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna - 2019]
2 LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de Constituição	Publicada em Diário da República de	
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
8.1.3		
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem serviços Municipalizados?		
Não		
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2 ÓRGÃOS		
Tem órgãos de fiscalização?		
Não		
Tem órgãos de natureza consultiva?		
Não		
3.3 ORGANOGRAMA		
Estrutura orgânica	Data de aprovação	2012-12-28
	Data de publicação	2013-01-18
	Diário da República	Diário da República n.º 13/2013, Série II de 2013-01-18

4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		8.1.4																				
5 RECURSOS HUMANOS		8.1.5																				
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO																						
Presidente	Carlos Silva Santiago																					
Vereadores	Carlos Manuel Ramos dos Santos [Vice-Presidente] Armando Manuel Aguiar Mateus Leonor do Céu Rodrigues Nascimento Teixeira Hélder José da Fonseca Lopes																					
5.2 NÚMERO DE VEREADORES																						
Em regime de permanência		3																				
A meio tempo		0																				
Restantes vereadores		2																				
Fonte: Ata da primeira reunião do órgão executivo colegial																						
6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		8.1.6																				
1 - Descrição das características do sistema Informativo		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%;">Medidata</td> <td style="width: 33%;">UNIX</td> <td style="width: 33%;">SAGA</td> </tr> </table>	Medidata	UNIX	SAGA																	
Medidata	UNIX	SAGA																				
2 - Demonstrações Financeiras Intercalares		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2" style="height: 20px;"> </td> </tr> </table>																				
Documentadas	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30px; text-align: center;">S</td> <td style="width: 30px; text-align: center;">N</td> </tr> </table>	S	N																			
S	N																					
Periodicidade	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30px; text-align: center;">TRIMESTRAL</td> <td style="width: 30px; text-align: center;">SEMESTRAL</td> </tr> </table>	TRIMESTRAL	SEMESTRAL																			
TRIMESTRAL	SEMESTRAL																					
3 - Descentralização Contabilística		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 100px; text-align: center;">Não</td> </tr> </table>	Não																			
Não																						
Em caso afirmativo descreva		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="height: 20px;"> </td> </tr> </table>																				
OUTRAS INFORMAÇÕES:																						
7 OUTRA INFORMAÇÃO		8.1.7																				
7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS																						
Regulamentos	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2">DATA DE APROVAÇÃO</th> <th colspan="2">DATA DE ALTERAÇÃO</th> </tr> <tr> <th>ÓRGÃO EXECUTIVO</th> <th>ÓRGÃO DELIBERATIVO</th> <th>ÓRGÃO EXECUTIVO</th> <th>ÓRGÃO DELIBERATIVO</th> </tr> <tr> <td>NORMAS CONTROLO INTERNO</td> <td>2014-06-19</td> <td>2014-07-02</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO</td> <td>2018-11-16</td> <td>2018-12-17</td> <td>-</td> </tr> </table>				DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO		ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	NORMAS CONTROLO INTERNO	2014-06-19	2014-07-02	-	NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2018-11-16	2018-12-17	-		
DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO																				
ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO	ÓRGÃO EXECUTIVO	ÓRGÃO DELIBERATIVO																			
NORMAS CONTROLO INTERNO	2014-06-19	2014-07-02	-																			
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2018-11-16	2018-12-17	-																			
7.2 AÇÕES INSPETIVAS																						
Entidade	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="4">ANOS DE INCIDÊNCIA</th> </tr> <tr> <th>2019</th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> <tr> <td>Inspecção Geral de Finanças</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Inspecção Geral da Administração Local</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table>				ANOS DE INCIDÊNCIA				2019	2018	2017	2016	Inspecção Geral de Finanças	-	-	-	-	Inspecção Geral da Administração Local	-	-	-	-
ANOS DE INCIDÊNCIA																						
2019	2018	2017	2016																			
Inspecção Geral de Finanças	-	-	-	-																		
Inspecção Geral da Administração Local	-	-	-	-																		
7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO																						
	Data de aprovação pelo Órgão Executivo	Data de aprovação pelo Órgão Deliberativo	Observações																			
Grandes Opções do Plano	2018-11-16	2018-12-17																				
Orçamento	2018-11-16	2018-12-17																				
Documentos Prestação de Contas			Sujeito a aprovação																			
Outros	-	-																				
8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES A CONSIDERAR																						
Nada mais a assinalar																						
9 OUTRA INFORMAÇÃO PREVISTA NA RESOLUÇÃO N.º 4/2001 - 2.ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS																						
OUTROS INDICADORES DE GESTÃO																						
Fundo de Equilíbrio Financeiro	Corrente	4.507.793,00																				
	Capital	500.866,00																				
Fundo Social Municipal	Corrente	160.106,00																				
Participação no IRS	Corrente	94.752,00																				
Despesas de Investimento do ano anterior	2018	3.299.114,27																				

[Handwritten signatures in blue ink, including "J. Pata" and others, arranged vertically on the right margin.]

PARTE 2

RELATÓRIO DE GESTÃO

[Ponto 13 do POCAL / R.4 n.º 28 do TC]

Enquadramento legal

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL [Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro], define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente a julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental.

Em conformidade com o Ponto 13 das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro [POCAL], com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e para cumprimento do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão deliberativo um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Sernancelhe, bem como salientar as atividades e os investimentos mais relevantes desenvolvidos ao longo do período económico.

No Relatório de Gestão pretende-se dar a conhecer de forma clara e detalhada, a situação financeira, económica e patrimonial do Município de Sernancelhe no ano de 2019, e qual a sua evolução relativamente ao período anterior, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo município e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

O relatório de gestão referente ao período económico de 2019 que aqui se apresenta, para efeitos de apreciação pelos Órgãos Autárquicos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º conjugado com o n.º 2 do artigo 27º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, será posteriormente submetido para apreciação da atividade municipal pela Direção Geral das Autarquias Locais [DGAL] e Inspeção Geral das Finanças [Controlo Administrativo], pelo Tribunal de Contas [Controlo Jurisdicional] e pelos Municípios, Fornecedores, Instituições Financeiras [Controlo Social].

Introdução

O Relatório de Gestão é um dos documentos de prestação de contas mais relevantes, cujo conteúdo deve contemplar um conjunto de informações claras e objetivas que reflitam a situação orçamental, financeira, económica e patrimonial do município.

Assim sendo, este documento apresenta diversas perspetivas, começando por uma análise detalhada ao desempenho orçamental do Município durante o ano de 2019, nomeadamente, dos níveis de arrecadação da receita e de realização da despesa, por forma a permitir uma leitura clara das variáveis da execução orçamental do período.

Evidencia também a situação financeira e patrimonial do Município no final do período, permitindo deste modo, aferir sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes. Além disso, permite aferir sobre o valor global e a composição do património municipal, assim como a sua evolução.

Atividades desenvolvidas em 2019

Eventos

ENCONTRO DE CANTARES DE JANEIRAS

No dia 6 de janeiro, realizou-se mais um encontro de Cantadores de Janeiras, com a participação de dezolito grupos do concelho, representando várias comunidades, e que deram as boas vindas ao novo ano, ao mesmo tempo que cumpriam uma tradição popular de “cantar as janeiras”, comemorando o Dia de Reis.

Este evento teve o apoio dos Centros Lúdicos, Ranchos de Sernancelhe, Arnas e Moimenta da Beira, Banda Filarmónica de Sernancelhe, Banda 81 e Conservatório Regional de Ferrelrm, Academia de Música de Sernancelhe, Grupo Coral da Paróquia de Sernancelhe, Grupo de Cantares de Penedono “O Sincelo”.

FESTIVAL DE SOPAS E ENCONTRO DE RANCHOS FOLCLÓRICOS

Nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro, organizado pelo Município de Sernancelhe, teve lugar no Expo Salão Multiusos de Sernancelhe, com o principal objetivo de promover a gastronomia local, em especial a sopa, com intenção de renovar hábitos antigos. Uma forma de recuperar receitas antigas e enriquecidas com produtos da região.

Este evento contou com a participação, dinamismo e espírito de iniciativa de 17 associações do concelho de Sernancelhe que confeccionaram as diversas sopas características do concelho.

Após a compra da tigela de barro preto com a imagem “Terra da Castanha” gravada como recordação, centenas de visitantes tiveram oportunidade de descobrir os sabores da terra aliados aos saberes ancestrais, às artes e aos ofícios, e às exibições dos ranchos folclóricos vindos de diversos pontos do país.

ESTÁGIO DE INVERNO DE KARATÉ

O Expo Salão de Sernancelhe recebeu nos dias 1, 2 e 3 de março, cerca de 350 karatecas de escolas de karaté dos distritos de Viseu e Guarda.

O encontro organizado pelo Clube de Escolas de Karaté *Shukokai*, permitiu a realização de demonstrações e exames de graduação de karaté destinados aos karatecas participantes.

CONCERTO MUSICAL – THOMAS LEEB

No dia 1 de março o auditório municipal de Sernancelhe acolheu um espetáculo que foi mais que um concerto de guitarra.

O músico australiano *Thomas Leeb* interagiu, comunicou e encantou todo o público com a sua mestria no manuseamento da sua guitarra.

EXPO JARDIM E ANIMAIS

Nos dias 29, 30 e 31 de março, decorreu a sexta edição da Expo Jardim e Animais num ambiente repleto de novidades, demonstrações práticas e animação, onde os visitantes tiveram a oportunidade de apreciar e comprar produtos de jardinagem e decoração, animais exóticos e de estimação, plantas e bricolage entre outros.

A vertente pedagógica foi mantida nesta edição, e direcionada para as crianças das escolas dos vários níveis de ensino, como sucedeu na tarde de 29 de março, com a interpretação da peça de teatro "Os músicos da Aldeia" pela companhia de Teatro Filandorra.

Verificaram-se vários momentos de cariz informativo e formativo e workshops.

No último dia, destaque para o desfile canino e uma largada de pombos promovida pela associação columbófila de Sernancelhe.

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

O Município de Sernancelhe distinguiu durante as comemorações do 25 de abril, com a Medalha de honra, o antigo ministro da agricultura, Arlindo Cunha, a associação de Caça e Pesca de Sernancelhe e a Cooperativa Agrícola Távora, pelo contributo relevante ao desenvolvimento do concelho.

As comemorações ocuparam toda a manhã de 25 de Abril, começando pelas 9 horas em frente aos Paços do Concelho com a Guarda de Honra pelo Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe, seguindo-se o hastear da Bandeira Nacional e interpretação do Hino Nacional pela Banda Musical 81 de Ferreirim.

A sessão solene evocativa do 25 de Abril, contou com as intervenções dos distinguidos, com a entrega das medalhas e certificados; contou com intervenções dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal e terminou com discursos do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal.

A segunda parte das comemorações, decorreu no Expo Salão com o concerto de Toy e os Amigos.

CONCERTO RECITAL DE PIANO E EUFÓNICO

O auditório municipal de Sernancelhe, abriu as portas no dia 26 de abril, para acolher um concerto recital de piano e eufónio protagonizado pelos músicos Bruno Badajós e Fernando Garcia.

EXPO DESPORTO E SAÚDE

Nos dias 10, 11 e 12 de maio, mês do coração, decorreu o evento Expo Desporto e Saúde que pretendeu demonstrar que um concelho do interior do país pode ser impulsionador da atividade física junto de toda a população, independentemente da idade dos participantes.

Durante os três dias do evento, destacaram-se várias iniciativas desportivas, com modalidades distintas como caminhadas, btt, futsal, ténis de mesa, matraquilhos humanos, sueca, jogo da malha, pilates, fit balance, jump training, cycling, natação, pump training, danças de salão e latinas, zumba, karaté, futebol veteranos, ballet, musculação e culturismo. Os participantes tiveram a possibilidade de experimentarem a prática de modalidades inovadoras.

Por parte das diversas associações do concelho, houve a organização de torneios desportivos.

Na área da saúde, decorreram ações sobre alimentação saudável com o intuito de sensibilizar o público para uma alimentação equilibrada.

Também temas sobre a adolescência tiveram lugar com a organização de colóquios.

XI FEIRA AQUILINIANA

Mais uma vez, cerca de 50 expositores de diversas regiões do país participaram nesta iniciativa que decorreu nos dias 1 e 2 de junho e que tornou possível ao público contactar com os saberes, sabores e tradições que melhor caracterizam o nosso Município.

A feira contou ainda com representações cénicas dos hábitos e costumes tradicionais por grupos etnográficos e de teatro, animação de rua e dramatização de excertos das obras de Aquilino Ribeiro, atuações de ranchos folclóricos e grupos de concertina e fado à desgarrada, sempre enquadrados no ambiente que recria a Lapa de finais do século XIX.

De destacar ainda a Escola Profissional de Sernancelhe cujos formadores e alunos prepararam ao longo do ano a sua participação no evento de forma ativa, recriando profissões, trajes, rituais, atividades e personagens, momentos inspirados na obra literária do escritor natural da freguesia de Carregal.

SERNANCELHE + CULTURA

O evento Ser+Cultura regressou ao Centro Histórico nos dias 12, 13 e 14 de julho, naquela que foi a sexta edição e no qual estiveram presentes mais de 200 artistas distribuídos por sete palcos.

O cartaz deste evento, primou por manifestações culturais diversificadas, tais como exposições, teatro, desporto, literatura, momentos musicais, multimédia e tasquinhas, direcionado e apelando à participação/visita de um público também diversificado.

SUMMER FUSION

Decorreu nos dias 31 de julho e 1 de agosto, no Expo Salão e zona envolvente, e proporcionou a todos aqueles que visitaram o espaço, espetáculos musicais num ambiente calmo e de convívio.

RECEÇÃO AOS PROFESSORES

O Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe recebeu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 10 de setembro, a comunidade educativa, entre dirigentes escolares, professores e funcionários das escolas, dando as boas-vindas no arranque de mais um ano letivo, 2019/2020, e transmitindo mensagens de esperança no trabalho dos docentes e funcionários, para que as instituições de ensino de Sernancelhe sejam reconhecidas pela qualidade e pelo relacionamento de proximidade entre alunos e pais.

Esta comunidade teve a oportunidade de visitar o Conservatório regional de Música de Ferreirim e o Centro Histórico de Fonte Arcada.

FESTA DA CASTANHA

Nos dias 25, 26 e 27 de outubro, Sernancelhe celebrou a 27ª edição da castanha.

No Expo Salão, estiveram presentes mais de meia centena de expositores entre empresas do setor, artesanato, gastronomia, restauração e animação, Sernancelhe contou ainda com a presença da TVI com o programa “Juntos em Festa” numa tarde que associou a vertente cultural com a atividade económica em torno da castanha

Nesta festa, Sernancelhe voltou a afirmar-se como Terra da Castanha, e foram vários os momentos altos, nomeadamente a abertura do evento pelo Presidente da Entidade de Turismo do Porto e Norte, Luís Martins.

Na área do desporto, esta edição da Festa da Castanha 2019 ofereceu um passeio pedestre, no qual participaram aproximadamente 1000 caminhantes provenientes de várias regiões do país, e pretendeu sensibilizar para a prática desportiva em contacto com a natureza, bem como para a importância de manter hábitos de caminhar de forma regular.

PASSEIO BTT – ROTA DA CASTANHA E DO CASTANHEIRO

O 12º Passeio BTT “Rota da Castanha e do Castanheiro”, com concentração no Expo Salão, foi mais um sucesso, não só pelo número de participantes inscritos, aproximadamente 1700, oriundos de todos os pontos do país, mas também pela dinamização gerada na comunidade, nas diversas associações e empresas que patrocinaram o evento.

A escolha dos traçados que permitiram aos participantes o contacto com a natureza, nomeadamente com os vinhedos, os soutos da encosta de Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz, entre outros locais de beleza significativa, mereceu vários elogios.

O Município preparou o programa para os acompanhantes, em que mais de 150 pessoas inscritas puderam usufruir dos equipamentos do Complexo Desportivo Municipal [sauna, banho turco, jacuzzi, ginásio e campo de ténis], ou optar por uma visita guiada de comboio ao centro histórico de Sernancelhe.

APRESENTAÇÃO DA REEDIÇÃO DO LIVRO TERRAS DO DEMO

Cem anos depois da primeira edição do livro Terras do Demo de Aquilino Ribeiro, os concelhos de Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva juntaram-se na Fundação, em Soutosa, no dia 11 de maio, para prestarem uma homenagem ao escritor, à sua vida e obra.

Este momento evocativo ao escritor e à reedição da obra que deu nome a estas terras, beneficiou da participação de cerca de 3 centenas de pessoas que assistiram a um momento de grande nível cultural, no qual participaram os autarcas de Vila Nova de Paiva, Sernancelhe, Moimenta da Beira, Aquilino Ribeiro Machado, neto do escritor, Eduardo Boavida, diretor da Bertrand, Ana Isabel Queiroz, prefaciadora desta edição, e João Soares, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e ex-ministro da cultura.

A animação musical ficou a cargo dos alunos da Academia de Música da Quinta do Ribeiro e no final, o Rancho Terra da Castanha de Sernancelhe, recriou a malhada descrita por Aquilino Ribeiro na obra Terras do Demo.

A Fundação Aquilino Ribeiro acolheu esta comemoração do centenário da obra, que representou o primeiro momento de um vasto conjunto de iniciativas previstas quer nos três municípios, quer também em Alvalade e Aveiro durante os meses de maio e junho.

No âmbito das comemorações do centenário da obra Terras do Demo de Aquilino Ribeiro, o Teatro Filandorra estreou, no dia 27 de maio, no auditório municipal de Sernancelhe, a peça de teatro "Mestre Grilo cantava e a Giganta Dormia" Inserta na obra de referência "Arca de Noé III". As crianças do concelho puderam assistir à antestreia e, à noite, a sala encheu-se para assistir ao momento em que a obra de Aquilino Ribeiro passou para o teatro e com sucesso Inquestionável.

Ainda a 27 de maio, data que assinala a morte de Aquilino Ribeiro, viveu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, mais um momento memorável com a apresentação do Inteiro Postal, editado pelos CTT, e que homenageia 100 anos da edição da obra Terras do Demo.

Raul Moreira, Diretor de Filatelia dos CTT – Correios de Portugal, coordenou a cerimónia de obliteração, momento que marcou a entrada em circulação do postal em todos os postos de correios do país.

Também o Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues se associou a estas comemorações, e no dia 28 de maio, apresentou o livro *Havia três dias e três noites... e depois*, da autoria dos alunos deste agrupamento de escolas de todos os ciclos, do ano letivo 2017/2018, a partir da obra Romance da Raposa de Aquilino Ribeiro, e que resultou na criação de um livro original com 20 textos e outras tantas ilustrações. Esta iniciativa pretende promover a leitura e o estudo da obra de Aquilino Ribeiro junto da comunidade escolar.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "À MESA DA AMANTE FIEL" DE MANUEL LIMA BASTOS

Uma centena de pessoas assistiu ao fim da tarde de 06 de abril, no Auditório Municipal, à apresentação do livro *À Mesa da Amante Fiel* da autoria de Manuel de Lima Bastos.

O livro foi apresentado pelo antigo ministro da agricultura, Arlindo Cunha e contou com as intervenções do autor, Manuel de Lima Bastos e do Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, Carlos Silva Santiago.

Considerado um trabalho de grande valia cultural, o livro retrata diversas incidências culinárias na obra de Aquilino Ribeiro.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "HISTÓRIAS REAIS DE UM AMOR ETERNO" DE JOSÉ CAMPOS PORTINHA

No dia 9 de agosto, José Campos Portinha, poeta popular, natural de Aldeia de Santo Estêvão, apresentou o seu livro de poesia *Histórias Reais de um Amor Eterno* no Pátio Aquilino Ribeiro, numa cerimónia carregada de emoção, onde centenas de pessoas passaram o Pórtico dos Sanhudos para ouvir palavras de enaltecimento pela obra e assistir à interpretação musical do filho do autor, Rúben Portinha que prendeu a audiência e envolveu todos os presentes com temas portugueses.

NATAL SEM IDADE

No dia 12 de dezembro, a Câmara Municipal de Sernancelhe quis brindar toda a população da terceira idade do concelho com a realização de mais um “Natal sem Idade”, e como tem sido hábito, este evento realizou-se no Expo Salão, contou com a presença de mais de 1.100 idosos provenientes de todo o concelho, que tiveram o privilégio de assistir a uma jornada diferente de entretenimento, e que permite o encontro desta faixa etária, mesmo os que se encontram nos vários lares do concelho.

Do programa fazia parte a celebração de uma missa, o almoço convívio, muita animação e entrega de prenda a todos os participantes.

COMPONENTE SOCIAL

- Uma medida social iniciada em 2009 e que se tem revelado de grande ajuda à população, é o apoio na aquisição de medicamentos às famílias carenciadas constituídas por reformados, pensionistas e idosos no valor total de 101.872,10 €.
- Pelo segundo ano consecutivo, o Município de Sernancelhe, apoiou as famílias na compra de material escolar para os alunos do 1º CEB, abrangidos pelos escalões A e B do Abono de Família, no valor de 1.700,00 €, como incentivo à fixação de alunos nos estabelecimentos de ensino do concelho.
- Apoiou, também com o fornecimento de refeições a todos os alunos do 1º CEB, no valor de 30.236,60 €.
- No mesmo âmbito do Regulamento dos Apoios a Agregados Familiares Carenciados, foi atribuído um apoio financeiro a uma família do concelho para obras de adaptação da casa de banho, no valor de 796,00 €.

Obras municipais e aquisição de bens

- ✓ Na freguesia de Arnas, realizaram-se obras de construção e calcetamento de passeios na EM Arnas/Cunha, construção de muro de suporte à estrada municipal que liga à Tabosa da Cunha e requalificação do chafariz e tanque no clmo do povo.
- ✓ No Carregal, procedeu-se ao calcetamento da rua de acesso e espaço envolvente à Capela do Sr. dos Milagres e à substituição da rede de vedação do polidesportivo.
- ✓ Na Aldela de Santo Estêvão, a equipa de sapadores florestais criou faixas de segurança na zona florestal da Beira.
- ✓ Na localidade de Tabosa do Carregal procedeu-se à requalificação da estrada de acesso à aldeia pela zona da Tomadia.
- ✓ Na freguesia de Chosendo, fez-se a construção de passeio e drenagem de águas pluviais na Rua 25 de Abril e para aproveitamento da água do antigo reservatório, foi colocado um fontanário na Rua da Escola; procedeu-se à construção de passeios ao longo da EM, na ligação Chosendo-Seixo e à pavimentação e construção de muros da Rua do Cruzeiro. Procedeu-se ainda, à construção de adutora entre as povoações de Chosendo e Seixo.
- ✓ Em Tabosa da Cunha está em curso, a requalificação do Largo da Fonte de Santo António.

- ✓ Em **Escurquela**, foi feito o calcetamento dos caminhos agrícolas e florestais da Casa do Monte [acesso ao depósito de água] e do Salgueiral, foi aberto um estradão e feita a consolidação com a construção de muros.
- ✓ Na freguesia de **Fala**, deram-se por concluídas as obras de requalificação e colocação de sistema de climatização na sede da junta de freguesia e iniciaram-se as obras de ampliação do cemitério.
- ✓ Em **Ferreirim**, no Conservatório Regional de Música, procedeu-se à reabilitação do anexo e à ligação coberta entre os dois edifícios, foi ainda feita a reparação de canalizações em Felgueiras.
- ✓ Em **Fonte Arcada**, foi feita a requalificação do sistema de regadio para aproveitamento da água do antigo depósito de abastecimento público e foram calcetados o espaço envolvente à Capela da Senhora da Saúde e o recinto celebrativo.
- ✓ Em **Freixinho**, decorreu a obra de alcatroamento e pintura da EM 534; o calcetamento da Rua da Carreirada, no troço que liga a EM ao caminho de acesso à ribeira de Ferreirim; colocação foi construída uma passadeira redutora de velocidade e feita a eletrificação da marginal do Távora.
- ✓ Na **aldela de Granjal**, o espaço envolvente à capela de N. Sra. da Aparecida foi requalificado.
- ✓ No trilho de **Lamosa** foi feita a conservação dos equipamentos e espaços afetos ao projeto Lamosa Natural e da Rede Natura.
- ✓ Na localidade de **Macieira**, fez-se a reparação do tanque florestal, a requalificação do canal de rega, a limpeza da fonte de mergulho e a aplicação juntas de cimento no fontanário junto ao Solar de S. Domingos.
- ✓ Na localidade de **Penso**, procedeu-se à limpeza das margens da ribeira de Arados e à colocação de paragem de autocarro junto à EN 226.
- ✓ Na freguesia de **Quintela**, concluiu-se a empreitada da construção da estação de tratamento de águas residuais.
- ✓ Na **sede do concelho**, concluíram-se as obras de requalificação da Av. das Tílias e do Largo das Bombas de Gasolina, bem como, as obras de reconversão do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários para Sede da União de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda.
- ✓ Executou-se a empreitada do loteamento habitacional da A. das Tílias/Rua da Calçada.
- ✓ Deu-se início à construção do Centro Interpretativo da Castanha de Sernancelhe.
- ✓ Requalificaram-se passeios no **Lugar da Velga** e construiu-se uma passadeira junto à EB2/3.
- ✓ Iniciou-se a execução da Ecovia entre Sarzeda/Sernancelhe/Vila da Ponte e Ferreirim incluindo passeios.
- ✓ Deu-se por concluída a empreitada de alargamento da rede de saneamento em Sernancelhe.
- ✓ Na localidade de **Vila da Ponte**, deu-se início às obras de Ampliação da Antiga Escola Primária para Centro de Desportos Náuticos do Rio Távora.
- ✓ Realizou-se a empreitada de construção de adutoras entre Vila da Ponte, Freixinho e Penso.

Prestação de serviços

- Operação e manutenção de reservatórios e Etar's do concelho;
- Controlo da qualidade da água e do efluente;
- Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana – ARU – e Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana – PERU – de Carregal e Lamosa;
- Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana – ARU – de Macieira e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Macieira;
- Encontra-se em fase de projeto, a requalificação do largo de festas de Cunha;
- Operacionalidade da rede de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- Construção de ramais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- Transposição das normas do POAV, incluindo alterações ao PDM;
- Fornecimento de plataforma *GoMunicipal*, gestão dos instrumentos de ordenamento do território e disponibilização pública, nomeadamente PDM;
- Serviços para o desenvolvimento de Portal Municipal e APP Municipal;
- Prestação de serviços de limpeza, desobstrução e reabilitação da rede de saneamento de águas residuais;
- Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios – PMOFCl – de Sernancelhe.

Apoios financeiros

- Concessão de apoio financeiro à Associação Dinamizadora da Aldeia de Faia, no valor de **12.570,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Banda Musical 81 de Ferreirim, no valor de **23.919,35 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Cultural Acordes na Pauta, no valor de **10.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Sernancelhe, no valor de **19.070,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Confraria da Castanha Soutos da Lapa, no valor de **1 000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro ao Grupo Motard Os Amigos Binantes, no valor de **5.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva Casa do Benfica de Sernancelhe, no valor de **29.075,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à AMBULA – Instituição Particular de Solidariedade Social, no valor de **20.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sernancelhe, no total de **48.160,57 €**, dos quais: **22.140,00 €**, se destinaram para a pintura exterior do edifício do Quartel dos Bombeiros e, **26.020,57 €**, para a contratação e funcionamento de equipas de intervenção permanente [EIP].

- Concessão de apoio financeiro à Fábrica Igreja Paroquial de Sernancelhe, no valor de **462,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Faia, no valor de **8.559,72 €** – contrato Interadministrativo de delegação de competências, para requalificação da sede da junta de freguesia.
- Concessão de apoio financeiro à União de Freguesias de Ferreirim e Macieira, no valor de **3.075,00 €** – contrato Interadministrativo de delegação de competências para o projeto de arquitetura e engenharia referente à recuperação de um edifício existente para habitação unifamiliar em Macieira.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Comercial e Industrial de Sernancelhe [ACIS], no valor de **15.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação de Festas de N. Sra. de Ao Pé da Cruz, no valor de **6.500,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Sementes da Terra, no valor de **10.864,86 €**.
- Concessão de apoio financeiro ao Grupo Motard 2015 - Ferreirim, no valor de **2.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro ao Instituto Europeu de Ciência da Cultura Padre Manuel Antunes, no valor de **6.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Liga dos Amigos da Escola Profissional de Sernancelhe, no total de **90.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro ao ONGD Sol Sem Fronteiras, no valor de **3.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Desportiva e Recreativa de Sarzeda, no valor de **1.500,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Social de Tabosa do Carregal, no valor de **15.000,00 €**.
- Concessão de apoio financeiro ao Centro Social, Cultural e Recreativo do Carregal, no valor de **15.000,00 €**.

Outros acontecimentos

- Mais de duas centenas de pessoas, utentes dos Centros Lúdicos do Concelho e das Instituições de Solidariedade Social, participaram no convívio de *Boccia* que teve lugar no Expo Salão Multiusos de Sernancelhe. Também este ano, o convívio teve a participação de 16 utentes das Instituições sociais do concelho de Penedono e ainda uma equipa do Centro Social de Carlal de Moimenta da Beira.
- Enquadrado no programa “Mexa-se”, que chega regularmente às aldeias, junto dos mais idosos, este encontro pretendeu proporcionar a todos uma jornada de convívio, incentivar a prática desportiva e promover a saúde física e psíquica daquela franja da população.
De realçar a participação da ESPROSER, em particular dos alunos do curso de saúde, que colaboraram ativamente na realização deste evento desportivo.

- No dia 1 de março, as ruas da Vila de Sernancelhe, encheram-se de animação para o desfile de carnaval. Com concentração na Escola Profissional de Sernancelhe, o desfile mobilizou toda a comunidade Sernancelhense. Os trajes e motivos satíricos próprios da efeméride foram criados pelos utentes dos Centros Lúdicos, pelos alunos do Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues, Casa da Criança, Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe, Escola Profissional e IPSS's do concelho.
- Além do desfile pelas ruas da Vila, realizou-se um baile de máscaras no Expo Salão, que surgiu pela primeira vez em 2012, por iniciativa do Contrato Local de Desenvolvimento Social [CLDS] que promoveu e revitalizou a tradição carnavalesca de modo original, proporcionando momentos de grande folia à população mais idosa.
- Uma comitiva de japoneses, liderada pelo Professor *Masayuki Toyoshima* do Departamento de Literatura Japonesa, da Faculdade de Humanidades da Universidade Sophia, da cidade de Tóquio [Japão], acompanhado por duas alunas, uma de mestrado e outra de doutoramento, visitou alguns locais do nosso concelho com o objetivo de conhecer melhor a vida e obra do Padre João Rodrigues, missionário Jesuíta do século XVI, natural de Sernancelhe, que elaborou a primeira gramática de língua japonesa.
- A convite da Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues e da Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira, a escritora Maria João Lopo de Carvalho, uma das mais ativas e reconhecidas autoras portuguesas da atualidade, esteve em Sernancelhe para celebrar com as crianças a Semana da Leitura.

Duas sessões, uma dirigida às crianças do 2.º ciclo e 7.º ano e outra para o 1.º ciclo, bastaram para que Maria João Lopo de Carvalho, autora recomendada pelo Plano Nacional de Leitura, chamasse a atenção do jovem público para a riqueza das histórias dos seus livros.
- O Município de Sernancelhe organizou, no Expo Salão de Sernancelhe, o sexto baile Sénior destinado a todos os utentes dos centros lúdicos do concelho, lares, centros sociais e aberto à população em geral, reunindo, naquele espaço, mais de duas centenas de utentes dos centros lúdicos e da Universidade Sénior de Fornos de Algodres, que participaram num convívio diferente, abrilhantado por um grupo musical. Este evento contou ainda com a colaboração dos alunos do curso de saúde da ESPROSER. Criada há seis anos, esta iniciativa insere-se num projeto mais amplo de dinamização sociocultural promovido pelo município que contempla já onze centros lúdicos nas diversas freguesias do concelho, onde levam com regularidade atividades no âmbito dos programas “Encontre-se” e “Mexa-se”.
- Sernancelhe esteve pelo segundo ano consecutivo na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, enquadrado no espaço de exposições da CIM DOURO, no stand da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, para promover a castanha, Aquilino Ribeiro e o Santuário de Nossa Senhora da Lapa. A demonstração de Sernancelhe começou com uma sessão de *showcooking*, atividade dinamizada pelos alunos do curso de restauração da Escola Profissional de Sernancelhe, tendo como elemento principal a castanha de Sernancelhe, proporcionando uma degustação de pratos salgados e doces.

A par da mostra gastronómica, centenas de pessoas interagiram com as grandes referências do concelho, o qual mostrou todo o seu dinamismo e capacidade organizativa.

- O setor de desporto do Município de Sernancelhe realizou no dia 15 de março, no pavilhão desportivo municipal, o primeiro *Festand* de Andebol. Destinada aos alunos das atividades de enriquecimento curricular do 1.º CEB, esta iniciativa pretendeu implementar o gosto pelo desporto em geral e o andebol em particular neste escalão etário.
- No dia 23 de abril, a Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues, assinalou o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, com sessões literárias dinamizadas pelo escritor Fernando Pereira para as crianças do pré-escolar e 1.º CEB do Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues. Uma iniciativa que tem como principal objetivo despertar o interesse pela leitura e pelos livros junto da comunidade escolar.
- No âmbito do processo de geminação que Sernancelhe desenvolve com o Município de Jacou desde 1999, uma comitiva constituída por caminhantes Sêniores provenientes de Jacou, participou durante a parte da manhã do dia 27 de abril, numa caminhada que teve lugar na freguesia de Pinhão e na qual tomaram parte munícipes que têm participado ativamente neste processo de geminação. No final da tarde, os membros da Associação de Caminhantes Sêniores de Jacou desfrutaram de uma visita guiada pelo património cultural e religioso do nosso concelho. A visita teve como ponto final uma mostra da etnografia sernancelhense com a atuação do Rancho Folclórico de Sernancelhe no claustro do Hotel Rural Nossa Senhora do Carmo, em Freixinho. Esta iniciativa, proposta pela “ARSEL” – Associação de Caminhantes Sêniores de Jacou, e à qual o município de Sernancelhe se associou, beneficiou da colaboração da Câmara Municipal de Aljô, bem como da Junta de Freguesia de Casal de Lóvros e teve como principal objetivo promover o intercâmbio desportivo, proporcionando aos participantes uma experiência lúdica e recreativa no sentido de estreitar laços de amizade e sã convivência entre os dois povos.
- A Piscina Municipal de Sernancelhe recebeu a 40.ª edição do Torneio de Natação Professor Afonso Saldanha, inserido na edição de 2019, da Expo Desporto e Saúde. Participaram cerca de 250 atletas de 17 escolas de natação nomeadamente Vouzela, Castro Daire, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Viseu, Mortágua, Vila Nova de Paiva, Tábua, São João da Pesqueira, Tarouca, Arganil, Aguiar da Beira, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Tondela e Sernancelhe. Um evento em que pais, familiares e amigos dos participantes das várias equipas fizeram questão de marcar presença e dar o seu apolo, facto que evidencia que esta modalidade tem cada vez mais praticantes e apoiantes.
- Os alunos do ensino articulado da música dos concelhos de Sernancelhe, Aguiar da Beira e Penalva do Castelo, integrados no Conservatório de Música de Ferreirim, animaram a missa na Basílica da Santíssima Trindade no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, no dia 19 de maio. Também os pais e encarregados de educação dos alunos do conservatório participaram fazendo parte do coro.
- No dia 31 de maio, o Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues comemorou o Dia do Livro e da Criança. Numa jornada em que as salas de aulas foram ocupadas com exposições, ateliers e atividades recreativas, foi no exterior que a animação e o desporto foram aproveitados ao máximo pelos alunos da escola.

A grande novidade deste ano, foi o convite a escritores do concelho para o projeto “Histórias com Palavras Dentro”, desafiando os autores José Maria Caria, de Macieira, e Afonso Dias, de Lamosa, a criarem textos com as palavras indicadas pelos alunos dos diversos ciclos escolares.

- As comemorações do centenário das “Terras do Demo” finalizaram com uma exposição inédita e que desvenda a dimensão literária do Mestre das Letras Portuguesas.
- O acervo pessoal de Paulo Neto, diretor da revista “aquilino”, com mais de 350 livros entre bibliografia ativa, passiva, revistas e jornais, medalhas e muitas curiosidades, está patente na Sala *Hélène de Beauvoir* da Universidade de Aveiro, desde 14 até 17 de julho, naquela que é reconhecida como uma das maiores exposições jamais dedicadas a Aquilino Ribeiro.
- Foi no dia 19 de junho que os alunos da Casa da Criança participaram na tradicional Festa de Final de ano letivo 2018-2019, realizada no Auditório Municipal, Iniciativa a que assistiram quase duas centenas de pessoas, na maioria pais e familiares dos meninos que frequentam aquele espaço escolar.
- Tendo como foco a divulgação e salvaguarda da especificidade da natureza de Lamosa, classificada como Rede Natura 2000, por possuir áreas que urge conservar e espécies selvagens raras ameaçadas ou vulneráveis, Lamosa Natural é o resultado de um projeto coordenado pelo Município de Sernancelhe e pela Associação Manta Verde de Lamosa e reconhecido na sua valla pela União Europeia, que o financiou ao abrigo do Portugal 2020, na continuidade de outra candidatura submetida e acolhida pelo anterior Quadro Comunitário [QREN].

Neste contexto, o Projeto Lamosa Natural foi apresentado no passado dia 21 de junho em direto para o programa “Praça da Alegria” da RTP. Tendo como protagonistas as crianças do 1.º CEB do concelho e os Seniores dos Centros Lúdicos, a repórter da RTP, Rita Belinha, brindou o País com três momentos únicos de encontro com a natureza e celebração da chegada do verão: uma caminhada com início no Centro Interpretativo, uma visita ao observatório de aves e várias ações no Centro Pedagógico foram igualmente mostradas, naquela que foi uma iniciativa marcante para Lamosa, pois mereceu também a visita do Delegado Regional de Educação do Norte, confirmando assim a valla educativa do projeto Lamosa Natural.

- A Escola de Natação organizou a tradicional festa de encerramento das atividades, dedicando o dia à demonstração dos ensinamentos que são proporcionados aos jovens que participam no Torneio de Escolas de Natação. Em simultâneo, a Piscina Municipal abriu as portas aos pais e a todos quantos quiseram conhecer os equipamentos que são disponibilizados também no Centro de Bem-estar, pretendendo cativar novos utilizadores daquele espaço de desporto e lazer.
- Tirando proveito das infraestruturas municipais como o Pavilhão Desportivo, a Piscina, a Escola de Trânsito, a Biblioteca Municipal, entre outras, as Férias Ativas de Verão 2019 proporcionaram a mais de 60 crianças do concelho de Sernancelhe diversas descobertas culturais, patrimoniais, momentos desportivos e de lazer. De referir ainda que este projeto decorreu de 01 de julho a 30 de agosto, para ocupar de forma sadia e organizada as crianças e jovens do concelho.

- Foi precisamente em 26 de julho de 2008 que a Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira abriu ao público. Ao longo de 11 anos, a Biblioteca Municipal ganhou o seu espaço no dia-a-dia dos sernancelhenses. Aberta a todos os públicos, de todas as idades, assumiu uma ligação forte com a educação e escolas e tem-se revelado fundamental para os mais novos, com a Hora do Conto e a promoção da leitura, e para os mais idosos com projetos como a leitura pelas aldeias.

Por isso, o dia 26 de julho de 2019 tinha de trazer à Biblioteca os grandes protagonistas do seu quotidiano. O programa contemplou a Hora do Conto Intergeracional, a apresentação de danças, representações teatrais e leitura de excertos por crianças do concelho.

- No âmbito do processo de geminação que Sernancelhe desenvolve com o município de *Jacou* desde 1999 e a convite da referida localidade francesa, uma delegação de Sernancelhe, constituída pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe e pelo Dr. Paulo Neto, participou na Inauguração do renovado Palácio de *Bocaud*.

No dia seguinte, no Pátio do Palácio de *Bocaud*, o Dr. Paulo Neto levou a cabo uma conferência dedicada ao Mestre Escritor Aquilino Ribeiro perante um público atento e interessado.

- As atividades de enriquecimento curricular continuam a desenvolver-se para todos os alunos do 1.º CEB do concelho. A autarquia entende que a prática desportiva é necessária para um melhor crescimento e com os conselhos e aulas práticas na Escola de Trânsito, a formação para a cidadania fica mais completa e preventiva.

A autarquia vai continuar a disponibilizar as várias infraestruturas e recursos humanos para continuar a proporcionar às crianças do concelho esta importante formação durante o ano letivo 2019/2020.

- O projeto Oito Mãos, concebido e produzido pela entidade “De mi para si”, com o apoio de vários municípios da CIM Douro e do Governo de Portugal, através da Direção Regional de Cultura do Norte, tem como pioneirismo a associação do património à música e à sua difusão pelo território. No dia 28 de setembro, pelas 21h00, foi a vez da Igreja Românica de Fonte Arcada receber o concerto de “Latitude Quatro” que encantou a plateia.
- Celebrou-se, de 17 a 20 de outubro, o vigésimo aniversário da geminação entre Sernancelhe e *Jacou*, criada por *Jean-Marcel Castet* e José Mário Almeida Cardoso, presidentes dos Municípios de *Jacou* e Sernancelhe. Do programa de comemorações, destacou-se uma cerimónia solene com a presença do autarca francês, *Renaud Calvat*, o descerramento de uma placa comemorativa no Centro Municipal de Artes, uma visita guiada pelo concelho de Sernancelhe, bem como pela região do Douro, património mundial da Humanidade.

Uma iniciativa que beneficiou da colaboração do Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues, da Escola Profissional de Sernancelhe, da Junta de Freguesia de Carregal, bem como, das famílias de acolhimento que muito contribuíram para manter e estreitar este relacionamento entre os dois povos através da troca de experiências culturais, sociais e educativas.

- Realizada numa organização conjunta com o Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues e a Escola Profissional de Sernancelhe, a tradicional Feira de São Martinho teve lugar no Expo Salão Multiusos de Sernancelhe. Aproveitando esse amplo espaço, a organização abriu à comunidade a já tradicional Feira de São Martinho da comunidade escolar da Terra da Castanha. Doces, compotas, bolas, batatas, castanha, galinhas, couves, feijão, abóboras e cebolas, maçãs e nozes preencheram as bancas.

O estilo das barraquinhas, a animação de concertina, as quadras de São Martinho e até o bulício típico das feiras dos meios rurais, contribuíram igualmente para o sucesso desta iniciativa.

- Decorreu no Centro Municipal de Artes uma conferência de divulgação alusiva às estratégias de promoção de produtos de Sernancelhe, no âmbito do projeto *Crescer+Inovador*, promovido pela ACIS, em co-promoção com o Município de Sernancelhe e a Associação Sementes da Terra. Este projeto, que contou com a presença de diversos produtores de castanha, maçã, mel, azeite, queijo e vinho desta região, pretende dar a conhecer o setor agroalimentar e os produtos estratégicos para o desenvolvimento local e fomentar a inovação e a promoção, de forma a tornar as empresas de Sernancelhe mais dinâmicas e competitivas.
- O Conservatório Regional de Música de Ferreirim assinalou, no Expo Salão, o seu 5.º aniversário. Nesta cerimónia que contou com alunos, pais, autarquias e convidados, foi tempo de recordar a história e a evolução desta escola, que tem como sede a freguesia de Ferreirim, e que, ao longo dos anos tem alargado a sua atividade a vários concelhos vizinhos, nomeadamente Penalva do Castelo e Aguiar da Beira.
- A quadra natalícia começou a ser comemorada em Sernancelhe no dia 6 de dezembro, com a inauguração da iluminação de Natal no Centro Histórico. A autarquia preparou uma programação festiva com atividades agendadas até ao dia 19. Para celebrar a quadra natalícia, a Orquestra de Sopros da EPABI da Covilhã e a Banda Filarmónica de Sernancelhe protagonizaram um concerto de Natal antecipado, que teve lugar no Auditório Municipal, assistido por mais de uma centena de pessoas. Um momento musical que recolheu calorosos aplausos do público.

Análise da execução orçamental

Neste ponto do relatório de gestão pretende-se fazer uma análise detalhada sobre o desempenho orçamental do município durante o período económico de 2019, mais concretamente no que diz respeito aos níveis de arrecadação de receitas e de realização de despesas.

Receita corrente

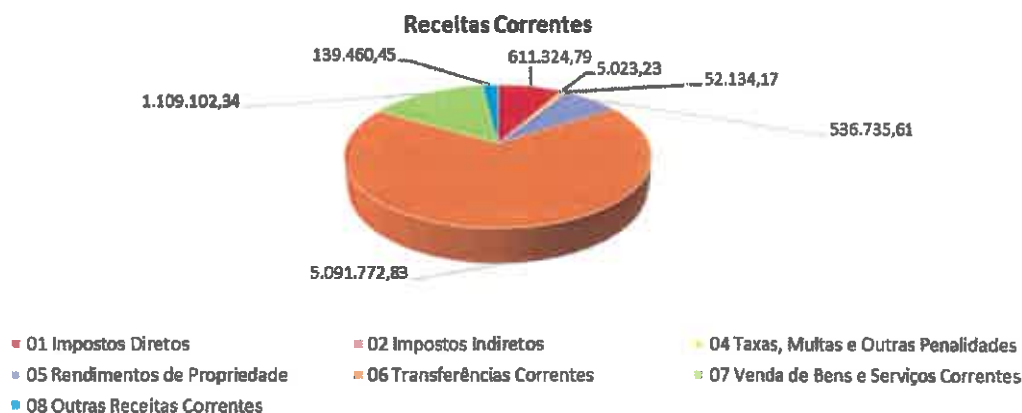
Em 2019, a execução orçamental das receitas correntes cifrou-se nos 7.545.553,42 €, o que representa um aumento de 146.557,89 € [+ 1,98%] face ao período anterior. Trata-se da maior arrecadação de receita em termos absolutos dos últimos 4 anos [crescimento de 663.335,22 € desde 2016]. Em termos percentuais, o grau de execução orçamental foi de 95,79%, representando uma ligeira descida face ao ano anterior, que tinha sido de 97,1% [em 2017 tinha sido 99,0%]. Estes resultados demonstram uma excelente execução, em linha com o desempenho orçamental dos anos anteriores, cujo contributo se deve, à manutenção dos níveis de arrecadação de receita corrente, mas também pelo cumprimento das regras previsionais e à rigorosa gestão orçamental.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA								2019
Classificação		Previsão	Por cobrar	Receitas	Liquidações	Receita	Por cobrar	%
Cap.	Descrição	corrigida	Início	liquidadas	anuladas	Cobrada	fim	Execução
01	Impostos Diretos	616.000,00	0,00	615.513,90	0,00	611.324,79	0,00	99,24%
02	Impostos Indiretos	17.650,00	92,77	5.030,79	7,38	5.023,23	92,95	28,46%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	56.900,00	1.612,43	52.393,53	94,10	52.134,17	1.777,69	91,62%
05	Rendimentos de Propriedade	550.200,00	0,00	536.735,61	0,00	536.735,61	0,00	97,55%
06	Transferências Correntes	5.407.343,00	0,00	5.092.150,82	377,99	5.091.772,83	0,00	94,16%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	946.300,00	69.883,42	1.114.842,79	7.323,57	1.109.102,34	68.300,30	117,20%
08	Outras Receitas Correntes	283.000,00	0,00	140.299,49	839,04	139.460,45	0,00	49,28%
	RECEITAS CORRENTES	7.877.393,00	71.588,62	7.556.966,93	8.642,08	7.545.553,42	70.170,94	95,79%

As *Transferências correntes* e os *Impostos diretos* representam cerca de 75,6% da receita corrente total e apresentaram uma taxa de execução de 94,16% e 99,24%, respetivamente, contribuindo para o bom desempenho orçamental corrente.

De realçar que, o município apresentou um excelente desempenho orçamental na rubrica *Venda de bens e serviços corrente*, com 1.109.102,34 € arrecadados, representando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 117,20%.

Os *Rendimentos de propriedade*, que incluem os juros, as receitas dos parques eólicos e a concessão municipal da energia elétrica, constituem também uma fonte de receita corrente importante, apresentando uma taxa de execução de 97,55%.



Fazendo uma análise comparativa com o ano anterior, verificam-se as seguintes diferenças:

Cap.	Classificação	Recitas cobradas 2019	Recitas cobradas 2018	Diferença		Recitas cobradas 2017	Recitas cobradas 2016
	Descrição			Valor	%		
01	Impostos Diretos	611.324,79	606.820,49	4.504,30	0,74%	594.080,31	545.004,20
02	Impostos Indiretos	5.023,23	3.663,42	1.359,81	0,00%	21.603,98	15.917,06
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	52.134,17	47.840,58	4.293,59	8,97%	45.237,56	52.757,35
05	Rendimentos de Propriedade	536.735,61	551.168,48	-14.432,87	-2,62%	523.920,04	452.932,58
06	Transferências Correntes	5.091.772,83	5.173.951,34	-82.178,51	-1,59%	4.880.396,41	4.750.350,61
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1.109.102,34	914.112,06	194.990,28	21,33%	906.993,12	928.519,26
08	Outras Recitas Correntes	139.460,45	101.439,16	38.021,29	37,48%	228.481,89	136.737,24
	RECEITAS CORRENTES	7.545.553,42	7.398.995,53	146.557,89	1,98%	7.200.713,31	6.882.218,30

Numa análise mais detalhada:

Capítulo 01 – Impostos diretos: verificou-se um ligeiro crescimento face ao ano anterior, motivado por um ligeiro aumento no IMI e IMT, que compensou uma ligeira descida no IUC. Pela análise comparativa a 4 anos, verifica-se que esta rubrica tem aumentado ligeiramente.

Capítulo 02 – Impostos indiretos: receita de carácter residual para o município e que apresentou um aumento muito ligeiro.

Capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades: receita de carácter residual, que também apresentou um aumento ligeiro, regressando aos níveis de receita de 2016.

Capítulo 05 – Rendimentos de propriedade: refere-se ao recebimento de juros e, sobretudo, com as receitas arrecadadas com os parques eólicos e a concessão municipal da energia elétrica.

Capítulo 06 – Transferências correntes: ocorreu uma diminuição de 82.178,51 €, justificado, sobretudo, por uma diminuição da receita com FEF [Fundo Equilíbrio Financeiro] e com a participação comunitária em projetos cofinanciados [correntes], na ordem dos 146.000 €, atenuada com um aumento das transferências correntes oriundas de outros organismos públicos, como o IEFP [medidas de Contrato-Inserção e GIP – Gabinete de Inserção Profissional] e a DGEstE [refeições escolares, assistentes operacionais e AAAF], na ordem dos 60.000 € e ainda, pelo aumento de cerca de 4.000 € nas receitas oriundas da participação variável no IRS.

FUNDOS COMUNITÁRIOS 2019 - Recitas correntes	
Descrição	Valor
Projeto Integrado de Combate ao Insucesso Escolar	26.988,39
Fornecimento e Instalação de Abrigos - Observatório da Natureza-Lamosa	138.921,08
TOTAL	165.909,47

Capítulo 07 – Venda de bens e serviços correntes: trata-se do capítulo que mais aumentou [195.000 €], influenciado, sobretudo, pelo aumento da receita com transportes escolares [+ 140.000 €], pelo aumento da receita com serviços desportivos [+ 20.000 €] e pela melhoria do desempenho do setor das águas e resíduos [+ 21.000 €], fruto dos investimentos realizados recentemente nos sistemas de contagem.

Capítulo 08 – Outras receitas correntes: receita de expressão residual para o orçamento municipal e que apresentou um aumento na ordem dos 37,48% [+ 38.021,29 €].

Para concluir o capítulo das receitas correntes, saliente-se dois aspetos: por um lado, verifica-se que o período económico de 2019, apresenta o maior valor absoluto de arrecadação de receita corrente [7.545.553,42 €] dos últimos 5 anos; por outro, que a manutenção do grau de execução orçamental elevado, decorre do facto da previsão de receita para 2019 se ajustar à dimensão das receitas que o município consegue arrecadar.

Receita de capital

No período económico de 2019, a execução orçamental das receitas de capital foi de 2.918.178,46 €, que face a uma previsão de 3.786.280,00 €, representa uma taxa de execução orçamental de 77,07%.

Em termos absolutos, trata-se da maior arrecadação de receita dos últimos 5 anos, representando um aumento de 1.138.032,56 € face ao ano anterior [crescimento percentual de cerca de 64%].

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA							2019
Classificação	Previsão	Por cobrar	Receitas	Liquidações	Receita	Por cobrar	%
Cap. Descrição	corrigida	início	liquidadas	anuladas	Cobrada	fim	Execução
09 Vendas de Bens de Investimento	106.600,00	1.000,00	139.388,92	0,00	140.388,92	0,00	131,70%
10 Transferências de Capital	3.626.780,00	0,00	2.777.789,54	0,00	2.777.789,54	0,00	76,59%
11 Ativos financeiros	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
12 Passivos financeiros	27.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	3.786.280,00	1.000,00	2.917.178,46	0,00	2.918.178,46	0,00	77,07%

Durante o ano de 2019, as transferências de capital apresentaram o valor mais significativo das receitas de financiamento [95,19%], com 2.777.789,54 € de receita arrecadada.

Destaca-se o elevado grau de execução orçamental [131,7%] na rubrica “Vendas de Bens de Investimento”, que compreende, sobretudo, a venda de lotes.

Fazendo uma análise comparativa com o ano anterior, verificam-se as seguintes diferenças:

Classificação		Receitas	Receitas	Diferença		Receitas	Receitas
Cap.	Descrição	cobradas 2019	cobradas 2018	Valor	%	cobradas 2017	cobradas 2016
09	Vendas de Bens de Investimento	140.388,92	162.733,57	-22.344,65	-13,73%	64.472,52	277.723,46
10	Transferências de Capital	2.777.789,54	1.544.418,43	1.233.371,11	79,86%	1.320.550,63	961.133,71
12	Passivos financeiros	0,00	72.993,90	-72.993,90	-100,00%	527.006,10	62.300,00
	RECEITAS DE CAPITAL	2.918.178,46	1.780.145,90	1.138.032,56	63,93%	1.954.029,25	1.301.157,17

Numa análise mais detalhada:

Capítulo 09 – Vendas de bens de investimento: voltou a verificar-se um nível de receita elevado, associado à venda de lotes de terreno.

Capítulo 10 – Transferências de capital: apresentou aumento muito significativo [cerca de 1.230.000 €], influenciado, sobretudo, pelo aumento da arrecadação de receita relacionada com fundos comunitários [+ 1.011.000 €] e pelo aumento associado às verbas resultantes da compensação prevista no n.º 3, do art.º 35º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro [+228.000 €].

FUNDOS COMUNITÁRIOS 2019 - Receitas de capital	
Descrição	Valor
Requalificação das Zonas Empresariais do Vale do Távora	884.890,86
Requalificação da Avenida das Tílias	268.449,15
Alargamento da Rede de Saneamento de Sernancelhe	48.602,33
Ligação de Adutoras de Abastecimento de Água em Diversas Freguesias	196.396,25
Modernização Administrativa - D2 GOV-Sernancelhe	77.101,45
ECOVIA - Vila da Ponte/Ferreirim	139.812,46
Reconversão do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários	254.877,57
ETAR de Quintela	30.904,47
TOTAL	1.901.034,54

Capítulos 12 – Passivos financeiros: referem-se a receita resultante da obtenção de financiamentos bancários. Pela análise do Mapa da Execução Orçamental da Receita, verifica-se que durante o período económico de 2019, o Município de Sernancelhe não incorreu em empréstimos / financiamentos bancários.

Analisando os últimos 4 anos, verifica-se que, apesar da quebra de receita entre 2017 e 2018, no período em análise, ocorreu um acentuado crescimento nas receitas de capital relativas a fundos comunitários, diretamente relacionado com os investimentos realizados pelo município nos últimos anos.

Depois da análise detalhada aos dois grandes grupos de receita: corrente e capital, apresenta-se o resumo da execução orçamental da receita municipal no ano de 2019 e do ano de 2018 para uma melhor comparação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA							2019	
Cap.	Classificação Descrição	Previsão corrigida	Por cobrar Início	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receita Cobrada	Por cobrar fim	% Execução
01	Impostos Diretos	616.000,00	0,00	615.513,90	0,00	611.324,79	0,00	99,24%
02	Impostos Indiretos	17.650,00	92,77	5.030,79	7,38	5.023,23	92,95	28,46%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	56.900,00	1.612,43	52.393,53	94,10	52.134,17	1.777,69	91,62%
05	Rendimentos de Propriedade	550.200,00	0,00	536.735,61	0,00	536.735,61	0,00	97,55%
06	Transferências Correntes	5.407.343,00	0,00	5.092.150,82	377,99	5.091.772,83	0,00	94,16%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	946.300,00	69.883,42	1.114.842,79	7.323,57	1.109.102,34	68.300,30	117,20%
08	Outras Receitas Correntes	283.000,00	0,00	140.299,49	839,04	139.460,45	0,00	49,28%
	RECEITAS CORRENTES	7.877.293,00	71.588,62	7.556.966,93	8.642,08	7.545.553,42	70.170,94	95,79%
09	Vendas de Bens de Investimento	106.600,00	1.000,00	139.388,92	0,00	140.388,92	0,00	131,70%
10	Transferências de Capital	3.626.780,00	0,00	2.777.789,54	0,00	2.777.789,54	0,00	76,59%
11	Ativos financeiros	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
12	Passivos financeiros	27.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
13	Outras Receitas de Capital	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	RECEITAS DE CAPITAL	3.786.280,00	1.000,00	2.917.178,46	0,00	2.918.178,46	0,00	77,07%
15	Reposições não abatidas aos paga/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAIS DA RECEITA [1]	11.663.673,00	72.588,62	10.474.145,39	8.642,08	10.463.731,88	70.170,94	89,71%
16	Saldo da gerência anterior	857.103,86	0,00	857.103,86	0,00	857.103,86	0,00	100,00%
	TOTAIS DA RECEITA [2]	12.520.776,86	72.588,62	11.331.249,25	8.642,08	11.320.835,74	70.170,94	90,42%

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA							2018	
Cap.	Classificação Descrição	Previsão corrigida	Por cobrar Início	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receita Cobrada	Por cobrar fim	% Execução
01	Impostos Diretos	557.000,00	0,00	610.191,26	0,00	606.820,49	0,00	108,94%
02	Impostos Indiretos	20.000,00	23,30	3.958,01	224,12	3.663,42	92,77	18,32%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	53.750,00	418,61	49.515,24	480,84	47.840,58	1.612,43	89,01%
05	Rendimentos de Propriedade	437.200,00	0,00	551.168,48	0,00	551.168,48	0,00	126,07%
06	Transferências Correntes	5.523.100,87	0,00	5.173.951,34	0,00	5.173.951,34	0,00	93,68%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	926.700,00	28.101,95	964.334,38	8.440,85	914.112,06	69.883,42	98,64%
08	Outras Receitas Correntes	101.100,00	500,00	100.939,16	0,00	101.439,16	0,00	100,34%
	RECEITAS CORRENTES	7.618.850,87	29.042,86	7.454.057,87	9.145,81	7.398.995,93	71.588,62	97,11%
09	Vendas de Bens de Investimento	192.120,00	0,00	163.733,57	0,00	162.733,57	1.000,00	84,70%
10	Transferências de Capital	3.346.922,74	0,00	1.544.418,43	0,00	1.544.418,43	0,00	46,14%
11	Ativos financeiros	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
12	Passivos financeiros	100.694,00	0,00	72.993,90	0,00	72.993,90	0,00	72,49%
13	Outras Receitas de Capital	42.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	RECEITAS DE CAPITAL	3.683.436,74	0,00	1.781.145,90	0,00	1.780.145,90	1.000,00	48,33%
15	Reposições não abatidas aos paga/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAIS DA RECEITA [1]	11.302.287,61	29.042,86	9.235.203,77	9.145,81	9.179.141,43	72.588,62	81,21%
16	Saldo da gerência anterior	1.671.350,73	0,00	1.671.350,73	0,00	1.671.350,73	0,00	100,00%
	TOTAIS DA RECEITA [2]	12.973.638,34	29.042,86	10.906.554,50	9.145,81	10.850.492,16	72.588,62	83,63%

Com se pode verificar, a execução orçamental [antes da integração do saldo da gerência anterior] foi de 89,71%, superior à execução registada em 2018 [81,21%]. Verifica-se que o Município de Sernancelhe conseguiu alcançar uma taxa de execução orçamental da receita superior a 85%, o que lhe permite cumprir com o n.º 3 do artigo 56º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – alerta precoce de desvios, no caso de dois anos consecutivos com taxa de execução da receita inferior a 85% [De notar que, o grau de execução orçamental da receita em 2018 tinha sido de 83,63%, ou seja, inferior ao limite mínimo referenciado no RFALEI].

Considerando o saldo de gerência, a execução orçamental ficou pelos 90,42%, face aos 83,63% registados em 2018 e aos 100,00% registados em 2017.

Despesa

No período em análise, a execução orçamental global da despesa atingiu os 9.507.298,14 €, resultando numa diminuição [-4,90%] face ao ano de 2018 [9.996.759,06 €]. Em 2017, havia sido de 8.887.039,14 €. Em termos percentuais, o grau de execução orçamental cifrou-se nos 75,93%, inferior ao ano anterior [77,05%] e ao ano de 2017 [84,21%].

As despesas correntes apresentaram uma execução orçamental de 86,40%, inferior a 2018 que se tinha cifrado nos 87,52% [em 2017 havia sido de 89,03%]. Refira-se que a despesa corrente paga [6.370.067,00 €] foi inferior à receita corrente arrecadada [7.545.553,42 €], contribuindo para uma poupança corrente [receitas correntes menos despesas correntes] na ordem dos 1.175.486,42 €, superior ao desempenho de 2018 [1.075.680,74 €], mas inferior ao de 2017 [1.366.872,84 €].

Em 2019, o montante das despesas de capital ascendeu a 3.137.231,14 €, inferior ao montante de 2018 [3.668.444,27 €]. Estas despesas representaram 33,00% da despesa total, tendo apresentado uma execução orçamental na ordem dos 63,88%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA							2019	
Classificação	Descrição	Dotação corrigida	Compromissos do ano	Compromissos futuros	Despesa Paga	Compromissos por pagar	Dotação fi comprometida	% Execução
Cap.								
01	Despesas com o Pessoal	2.245.400,00	2.068.100,37	75.112,64	2.022.283,65	45.816,72	177.299,63	90,06%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.597.995,00	4.193.442,96	15.845.426,15	3.892.057,59	301.385,37	404.552,04	84,65%
03	Juros e Outros Encargos	23.850,00	15.674,80	4.769,22	13.872,35	1.807,45	8.175,20	58,16%
04	Transferências Correntes	470.650,00	426.534,90	44.002,00	426.277,46	257,44	44.115,10	90,57%
05	Subsídios	10.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.050,00	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	25.000,00	15.575,95	0,00	15.575,95	0,00	9.424,05	62,30%
	DESPESAS CORRENTES	7.372.945,00	6.719.328,98	15.969.310,01	6.370.067,00	349.261,98	653.616,02	86,40%
07	Aquisição de Bens de Capital	4.607.503,86	3.524.441,46	1.122.510,74	2.742.525,78	781.915,68	1.083.062,40	59,52%
08	Transferências de Capital	231.175,00	89.194,06	0,00	89.194,06	0,00	141.980,94	38,58%
09	Ativos Financeiros	28.153,00	28.153,00	0,00	28.153,00	0,00	0,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	260.000,00	258.410,25	0,00	258.410,25	0,00	1.589,75	0,00%
11	Outras Despesas de Capital	21.000,00	18.948,05	0,00	18.948,05	0,00	2.051,95	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	5.147.831,86	3.919.146,82	1.122.510,74	3.137.231,14	781.915,68	1.228.685,04	60,94%
	TOTAIS DA DESPESA	12.520.776,86	10.638.475,80	17.091.820,75	9.507.298,14	1.131.177,66	1.882.301,06	75,93%

Numa análise mais detalhada, verifica-se que a rubrica *Aquisição de bens e serviços* e *Despesas com o pessoal* representam cerca de 92,85% da despesa corrente e apresentaram uma taxa de execução de 84,65% e 90,06%, respetivamente.

As transferências correntes [426.277,46 €], que englobam as transferências efetuadas para as juntas de freguesia, IPSS, Associações e Famílias, apresentaram uma taxa de execução de 90,57%, maior que no ano anterior [83,32%].

No que diz respeito às despesas de capital, verifica-se que os pagamentos associados ao Investimento atingiram o valor de 2.742.525,78 € e representaram 28,85% das despesas totais, tendo o município conseguido uma taxa de execução orçamental na ordem dos 59,52%. Uma vez que o Plano Plurianual de Investimentos [PPI] reflete os investimentos realizados pelo município, esta percentagem influenciou, também, a taxa de execução deste mapa de prestação de contas na ótica orçamental.

Refira-se que, os compromissos já assumidos pelo executivo e que terão influência nos orçamentos a realizar nos anos seguintes eram, à data de 2019/12/31 de 17.091.820,75 €. Esta informação permite averiguar em que medida os compromissos assumidos em anos anteriores irão afetar/comprometer verbas dos orçamentos futuros.

Fazendo uma análise comparativa com o ano anterior, verificam-se as seguintes diferenças:

Classificação		2019		2018		Diferença	
Cap.	Descrição	Despesa Paga	GEO	Despesa Paga	GEO	Valor	%
01	Despesas com o Pessoal	2.022.283,65	90,06%	1.964.318,90	93,18%	57.964,75	2,95%
02	Aquisição de Bens e Serviços	3.892.057,59	84,65%	4.002.625,09	86,16%	-110.567,50	-2,76%
03	Juros e Outros Encargos	13.872,35	58,16%	13.943,48	66,88%	-71,13	-0,51%
04	Transferências Correntes	426.277,46	90,57%	341.063,13	83,32%	85.214,33	24,98%
06	Outras Despesas Correntes	15.575,95	62,30%	6.364,19	23,57%	9.211,76	144,74%
	DESPESAS CORRENTES	6.370.067,00	86,40%	6.328.314,79	87,52%	41.752,21	0,66%
07	Aquisição de Bens de Capital	2.742.525,78	59,52%	3.299.114,27	62,22%	-556.588,49	-16,87%
08	Transferências de Capital	89.194,06	38,58%	65.487,69	50,11%	23.706,37	36,20%
09	Ativos Financeiros	28.153,00	100,00%	42.226,50	97,51%	-14.073,50	-33,33%
10	Passivos Financeiros	258.410,25	0,00%	257.083,41	98,88%	1.326,84	0,52%
11	Outras Despesas de Capital	18.948,05	0,00%	4.532,40	0,00%	14.415,65	318,06%
	DESPESAS DE CAPITAL	3.137.231,14	60,94%	3.668.444,27	63,88%	-531.213,13	-14,48%
	TOTAIS DA DESPESA	9.507.298,14	75,93%	9.996.759,06	78,74%	-489.460,92	-4,90%

Numa análise mais detalhada:

Capítulo 01 – Despesas com o pessoal: verificou-se um aumento de 57.964,75 €, face a igual período de 2018. Justifica-se, sobretudo, pelo aumento das remunerações e encargos relacionados com o descongelamento das carreiras.

Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços: o município pagou menos 110.567,50 €, onde se destacam as rubricas: outros trabalhos especializados e consultoria [- 241.000 €]; serviços de higiene e limpeza [- 27.600 €]; serviços de transporte [- 20.600 €]; conservação e reparação [-16.800 €] e combustíveis [- 12.000 €]. Em sentido contrário, refira-se que ocorreram aumentos em diversos encargos correntes, onde se destacam: outros serviços [+ 69.200 €]; publicidade [+ 50.000 €]; mercadorias para venda [+ 12.000 €] e matérias-primas e subsidiárias [+11.000 €].

Capítulo 03 – Juros e outros encargos: despesa de carácter residual para o município que se manteve estável.

Capítulo 04 – Transferências correntes: tiveram um acréscimo de 85.214,33 €, motivado sobretudo pelo aumento de apoios atribuídos às famílias [+ 13.000 €] e às Instituições e coletividades do concelho [+ 70.000 €].

Capítulo 06 – Outras despesas correntes: despesa de carácter residual para o município que aumentou 9.211,76 €.

Capítulos 07 – Aquisição de bens de capital: tiveram uma diminuição de 556.589 € [-16,87%]. Face ao período anterior, destacam-se as diminuições dos pagamentos associados à captação e distribuição de água [- 534.000 €], outras construções [- 486.600 €] e no saneamento [- 176.000 €]. Em sentido inverso, destacaram-se as instalações desportivas e recreativas [+ 394.000 €] e outros edifícios [+ 135.600 €]. Numa análise global aos pagamentos efetuados, compromissos por pagar e compromissos futuros assumidos [4.646.950 €], o município apresentou apenas uma diminuição de 393.000 €, face ao período anterior.

Capítulo 08 – Transferências de capital: verificou-se um aumento, na ordem dos 23.706,37 €.

Capítulo 09 – Ativos financeiros: de carácter residual para o município que diminuiu 14.073,50 €.

Capítulo 10 – Passivos financeiros: mantiveram-se estáveis face ao ano anterior €.

Capítulo 11 – Outras despesas de capital: de carácter residual para o município que aumentou 9.211,76 €.

Fluxos de caixa

Numa perspetiva mais financeira, a informação acerca dos fluxos de caixa é útil para que todos os interessados possam avaliar a forma como o município obtém e usa os seus recursos financeiros.

Todas as entidades precisam de dinheiro geralmente pelas mesmas razões, por muito diferentes que sejam as atividades que constituem a principal fonte de rendimento, necessitam de recursos financeiros para pagar os bens e serviços que consomem, para suportar os investimentos que realizam, para suportar os custos financeiros [juros] da sua dívida e, nalguns casos, para reduzir essa mesma dívida.

Relativamente ao Município de Sernancelhe, apresenta-se em seguida o mapa dos fluxos de caixa do ano em análise, no sentido de se avaliar a evolução ocorrida em termos de disponibilidade de dinheiro em caixa e nos bancos.

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Ano de 2019	
RECEBIMENTOS	Valor	PAGAMENTOS	Valor		
Saldo da Gerência Anterior	1.361.315,18	Total das Despesas Orçamentais	9.507.298,14		
Execução Orçamental	857.103,86	Despesas Correntes	6.370.067,00		
Operações de Tesouraria	504.211,32	Despesas de Capital	3.137.231,14		
		Despesas - Outras	0,00		
Total das Receitas Orçamentais	10.467.920,99	Operações de Tesouraria	465.236,35		
Receitas Correntes	7.549.742,53	Saldo para a Gerência Seguinte	2.360.121,80		
Receitas de Capital	2.918.178,46	Execução Orçamental	1.817.726,71		
Receitas - Outras	0,00	Operações de Tesouraria	542.395,09		
Operações de Tesouraria	503.420,12				
TOTAL	12.332.656,29	TOTAL	12.332.656,29		

Analisando em detalhe, verifica-se que o saldo de gerência no final de 2019 era de 2.360.121,80 €, sendo que 1.817.726,71 € “pertencem” ao município e representa o dinheiro que sobrou da execução orçamental de 2019, enquanto que as operações de tesouraria, no valor de 542.395,09 €, representam o dinheiro que o município tem nas suas contas bancárias, mas que não é seu, ou seja, representa o valor que arrecadou para entrega a terceiros no curto prazo, que na sua maior parte, se refere a cações em dinheiro e às retenções efetuadas aos funcionários e eleitos locais [CGA, IRS, ADSE, Seg. Social] no mês de dezembro, com entrega em janeiro.

Analisando o desempenho financeiro do ano, verifica-se que os recebimentos orçamentais [10.467.920,99 €] foram superiores aos pagamentos orçamentais [9.507.298,14 €], o que resultou num aumento do saldo de gerência orçamental transitado de 2018 [857.103,86 €], em cerca de 960.622,85 €.

O saldo de gerência final de 2019, no montante de 1.817.726,71 €, deverá ser integrado no orçamento municipal no decorrer do ano de 2020, representando um acréscimo de receita na ordem dos 15,41%.

Ao nível das operações de tesouraria [arrecadação de valores para entrega a terceiros], verificou-se um ligeiro aumento do saldo, na ordem dos 7,57%.

Execução das Grandes Opções do Plano [GOP's]

As GOP's são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos [PPI] e pelo Plano de Atividades Municipais [PAM]. O PPI é um documento que especifica, para o horizonte de quatro anos, toda a atividade do Município de Sernancelhe em matéria de Investimento. Quanto ao PAM, é um documento que é elaborado e executado à semelhança do PPI, ou seja, horizonte móvel de quatro anos, contemplando um grupo de ações marcantes, que regra geral se realizam e esgotam num período económico.

Tendo em conta as previsões iniciais em sede de orçamento, acrescido das alterações /revisões orçamentais ocorridas durante o ano, o valor final previsto para as GOP's foi de 6.274.056,86 €. Como a despesa realizada no ano foi de 3.989.858,89 €, daqui resulta um Grau de Execução de 63,6%, sendo 59,8% no PPI e 74,4% no PAM.

Descrição	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - GOP's						2019		
	PPI			PAM			GOP's		
	Valor	%	Exec.	Valor	%	Exec.	Valor	%	Exec.
OBJETIVO 1 - FUNÇÕES GERAIS	228.405,58 €	8,2%	53,0%	54.256,42 €	4,8%	78,8%	282.662,00 €	7,1%	87,01%
1.1. Administração geral	224.136,96 €	8,1%	57,5%	0,00 €	0,0%	0,0%	224.136,96 €	5,6%	
1.2. Segurança e Ordem Públicas	4.268,62 €	0,2%	10,4%	54.256,42 €	4,5%	83,5%	58.525,04 €	1,5%	
OBJETIVO 2 - FUNÇÕES SOCIAIS	1.896.387,76 €	68,4%	70,8%	965.984,86 €	79,2%	82,8%	2.862.372,62 €	71,7%	78,99%
2.1. Educação	3.840,75 €	0,1%	48,0%	378.895,74 €	31,1%	87,2%	382.736,49 €	9,6%	
2.2. Saúde	0,00 €	0,0%	0,0%	0,00 €	0,0%	0,0%	0,00 €	0,0%	
2.3. Segurança e Ação Sociais	0,00 €	0,0%	0,0%	133.779,70 €	11,0%	98,7%	133.779,70 €	3,4%	
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	1.427.041,98 €	51,5%	78,7%	11.921,76 €	1,0%	12,1%	1.438.969,14 €	36,1%	
2.5. Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	465.505,63 €	16,8%	83,1%	441.387,66 €	36,2%	87,9%	906.893,29 €	22,7%	
OBJETIVO 3 - FUNÇÕES ECONÓMICAS	617.732,44 €	23,8%	41,8%	187.304,11 €	15,4%	76,8%	805.036,55 €	20,2%	46,71%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silv. Caça e Pesca	71.497,68 €	2,6%	25,0%	0,00 €	0,0%	0,0%	71.497,68 €	1,8%	
3.2. Indústria e Energia	211.580,09 €	7,6%	33,7%	0,00 €	0,0%	0,0%	211.580,09 €	5,3%	
3.3. Transportes e Comunicações	291.996,30 €	10,5%	55,8%	0,00 €	0,0%	0,0%	291.996,30 €	7,3%	
3.4. Comércio e Turismo	0,00 €	0,0%	0,0%	36.646,06 €	3,0%	71,9%	36.646,06 €	0,9%	
3.5. Outras Funções Económicas	42.658,37 €	1,5%	89,2%	150.658,05 €	12,4%	78,1%	193.316,42 €	4,8%	
OBJETIVO 4 - OUTRAS FUNÇÕES	28.153,00 €	1,0%	89,8%	11.634,72 €	1,0%	7,4%	39.787,72 €	1,0%	21,85%
4.2. Transferências entre Administrações	0,00 €	0,0%	0,0%	11.634,72 €	1,0%	7,4%	11.634,72 €	0,3%	
4.3. Diversas não Especificadas	28.153,00 €	1,0%	100,0%	0,00 €	0,0%	0,0%	28.153,00 €	0,7%	
TOTAL GERAL	2.770.678,78 €	100,0%	59,8%	1.219.180,11 €	100,0%	74,4%	3.989.858,89 €	100,0%	63,6%

Numa análise mais detalhada:

Funções gerais: representaram 7,1% das GOP's e apresentaram a taxa de execução de 57,01%. Destacam-se os pagamentos associados aos investimentos em equipamento Informático e software [105.000 €] e no apoio aos Bombeiros Voluntários [54.200 €].

Funções sociais: representaram 71,7% das GOP's e tiveram um grau de execução de 73,99%. Ao nível do PPI, destacam-se os investimentos ao nível da habitação e serviços coletivos, na ordem dos 1.427.000 €; saneamento de águas residuais [102.150 €]; abastecimento de água [213.000 €] e serviços recreativos [desporto e tempos livres] [465.500 €]. No PAM, de referir os gastos com transportes escolares [171.900 €], serviços auxiliares de ensino – PCIES [117.000 €], ação social – apoio a agregados familiares carenciados [133.800 €] e cultura [135.800 €].

Funções económicas: representam de 20,2% das GOP's, com uma taxa de execução de 46,71%, onde se destacam os investimentos na rede viária [292.000 €], Indústria e energia [211.500 €] e, ao nível do PAM, as ações relacionadas com outras funções económicas [150.600 €].

Outras funções: com um peso de apenas 1,0% das GOP's, obtiveram uma taxa de execução de 21,35%, uma vez que se tratam, essencialmente, das transferências para outras entidades [contratos interadministrativos] e FAM.

Análise da situação económica e financeira

Pretende-se fazer uma análise detalhada sobre o desempenho económico do município de Sernancelhe [Demonstração dos Resultados], e ainda, sobre a sua situação patrimonial e financeira [Balanço].

Demonstração dos Resultados [DR's]

A demonstração dos resultados tem como objetivo evidenciar os resultados [lucros ou prejuízos] obtidos na atividade desenvolvida pelo município num determinado período. Trata-se de um relatório que detalha os proveitos e os custos durante um determinado período.

Além disso, evidencia os tipos de resultados com mais relevo para a apreciação da situação económica e financeira municipal, segundo a sua natureza, conforme as classes de custos e proveitos do POCAL. O resultado operacional respeita aos custos e proveitos obtidos na atividade corrente do município [tendem a repetir-se todos os exercícios]. Os resultados financeiros evidenciam os custos e proveitos decorrentes das decisões financeiras e de investimentos financeiros do município. Os resultados extraordinários traduzem os custos e proveitos resultantes de operações não correntes.

Descrição	2019	2018	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custos e perdas operacionais	7.696.645,33	7.763.527,79	-66.882,46
CMVMC	110.580,56	57.154,46	53.426,10
Fornecimentos e serviços externos	3.814.048,42	4.030.016,96	-215.968,54
Custos com o pessoal	1.962.136,97	1.899.461,72	62.675,25
Transferências e subsídios concedidos	426.277,46	341.063,13	85.214,33
Amortizações do exercício	1.374.490,70	1.417.360,75	-42.870,05
Provisões do exercício	0,00	15.100,00	-15.100,00
Outros custos e perdas operacionais	9.111,22	3.370,77	5.740,45
Custos e perdas financeiras	39.158,70	39.509,36	-350,66
Custos e perdas extraordinárias	177.423,41	348.989,51	-171.566,10
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	7.913.227,44	8.152.026,66	-238.799,22
PROVEITOS E GANHOS			
Proveitos e ganhos operacionais	7.685.415,37	7.342.506,94	342.908,43
Vendas e prestação de serviços	946.157,70	966.071,29	-19.913,59
Variação da produção	0,00	0,00	0,00
Impostos e taxas	688.710,71	680.562,24	8.148,47
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	71.041,52	0,00	71.041,52
Transferências e subsídios obtidos	5.979.505,44	5.695.873,41	283.632,03
Proveitos e ganhos financeiros	678.187,19	623.161,86	55.025,33
Proveitos e ganhos extraordinários	659.989,25	676.599,15	-16.609,90
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	9.023.591,81	8.642.267,95	381.323,86
RESULTADOS			
Resultados Operacionais	-11.229,96	-421.020,85	409.790,89
Resultados Financeiros	639.028,49	583.652,50	55.375,99
Resultados Correntes	627.798,53	162.631,65	465.166,88
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.110.364,37	490.241,29	620.123,08

No ano de 2019, o município apresentou um resultado líquido de 1.110.364,37 €, o que representa um aumento significativo [+ 620.123,08 €] face ao período anterior.

Numa análise mais detalhada às naturezas de custos:

CMVMC [Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas]: O consumo de materiais diversos diz respeito ao custo da água comprada que foi vendida em 2019. Relativamente ao ano anterior, considerou-se que a água adquirida às Águas do Norte, SA deve ser considerada como matéria-prima / materiais diversos, já que o custo da água distribuída aos consumidores pressupõe, para além daquele gasto, os encargos com a distribuição.

Fornecimentos e serviços externos: representaram cerca de 48,1% da estrutura de custos do município e apresentaram um decréscimo de 215.968,54 € [- 5,36%] face a 2018. Referem-se a gastos com fornecimentos e serviços obtidos, como sejam a eletricidade, combustíveis, telefones, recolha e tratamento de resíduos, transportes, serviços culturais e espetáculos, rendas e alugueres, seguros, trabalhos especializados. Verificou-se um decréscimo do valor desta natureza de custos, sobretudo ao nível da eletricidade, combustíveis, da conservação e reparação de equipamentos e espaços municipais e de trabalhos especializados. Destaque-se os aumentos ocorridos nos encargos com publicidade, vigilância e segurança e alimentação, roupas e calçado.

Custos com o pessoal: com um peso de cerca de 24,8% do total de custos, referem-se aos ordenados e encargos [subsídios férias, subsídio de natal, subsídio de refeição, CGA, Segurança Social, seguros de acidentes de trabalho] do pessoal do quadro, dos eleitos locais e dos estagiários. Verificou-se um acréscimo de custos [62.700 €] face ao ano anterior em virtude dos ajustamentos remuneratórios pelo descongelamento das carreiras.

Transferências e subsídios concedidos: referem-se aos encargos com subsídios atribuídos a terceiros [associações, IPSS, empresários]. Apresentaram um aumento na ordem dos 85.214,33 €, devido sobretudo ao aumento de transferências para as Instituições particulares.

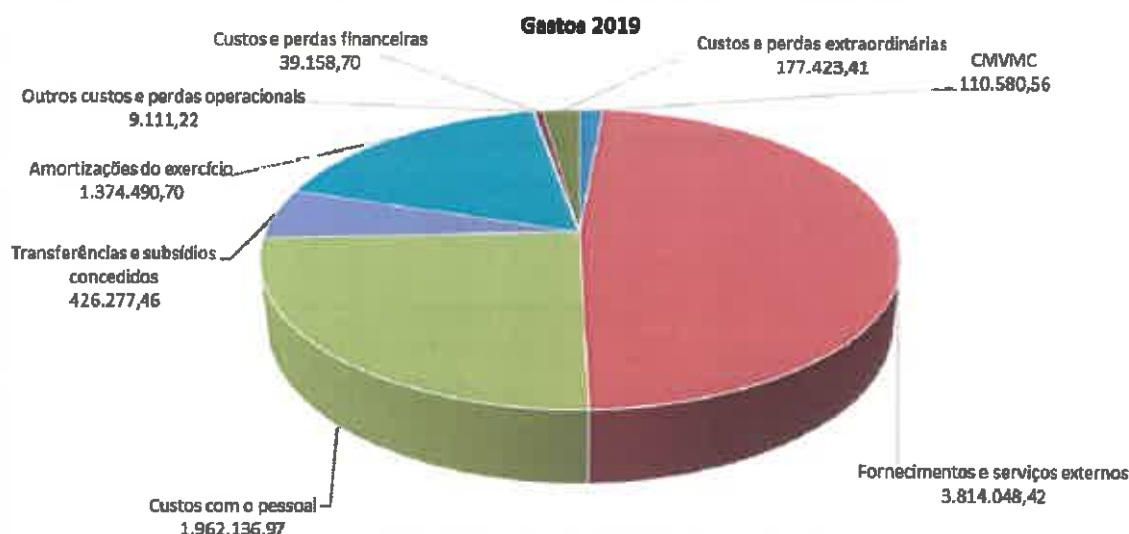
Amortizações do exercício: representa o valor do desgaste do património do município, pelo uso e pelo decorrer do tempo. Ou seja, não representa saída de dinheiro, mas tão só a consideração da perda de valor que o património imobiliário e mobiliário do município vai sofrendo pelo passar dos anos e pela sua utilização. Apresentou uma diminuição de 42.870,05 €.

Provisões do exercício: a natureza destes custos está relacionada com o princípio da prudência. Trata-se do registo na contabilidade de possíveis perdas, com origem em responsabilidades do município decorrentes de processos judiciais em curso e depreciação de existências [inexistência de rotação].

Outros custos e perdas operacionais: refere-se a encargos que o município suporta com reembolsos do IMI e IMT.

Custos e perdas financeiras: englobam os custos com juros, encargos bancários e as amortizações dos investimentos em imóveis.

Custos e perdas extraordinárias: registam-se todos os custos e perdas com carácter não regular ou corrente, como sejam as transferências de capital [verbas atribuídas para financiar investimentos a realizar por outras entidades], perdas com venda e abate de património e correções relativas a exercícios anteriores. A maior componente desta natureza de gastos foram as transferências de capital concedidas [89.194,06 €].



Numa análise mais detalhada às naturezas de proveitos:

Vendas e prestação de serviços: refere-se aos proveitos decorrentes das vendas de bens, como sejam a água e da prestação de serviços específicos das autarquias, como sejam a construção de ramais, transportes escolares, mercados e feiras, recolta de instalações desportivas e recreativas. No período económico de 2019, verifica-se uma ligeira diminuição [- 19.913,59 €].

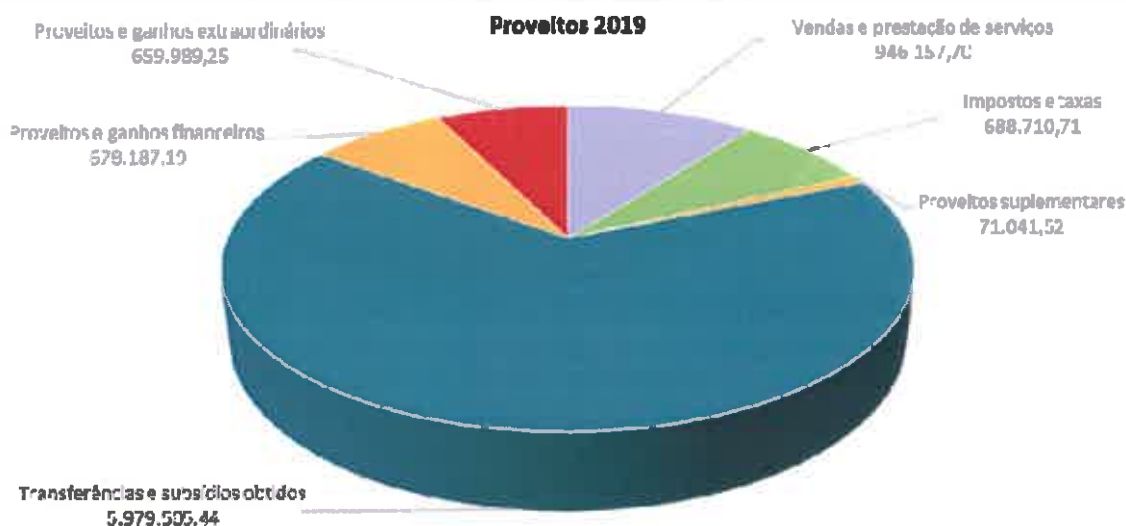
Impostos e taxas: dizem respeito aos impostos e taxas a favor do município, referentes exclusivamente ao período económico de 2019. Verificou-se um aumento ligeiro [+ 8.148,47 €], motivado por um aumento no IMT e no IUC, que compensaram o decréscimo no IMI.

Proveitos suplementares: consideraram-se as verbas resultantes da valorização da água captada. Assumindo que toda a água captada é distribuída, há que evidenciar qual o valor de água que é autoconsumido pelo próprio município, através dos seus equipamentos e serviços. A estimativa de água autoconsumida em regas, nas piscinas, no pavilhão, nos diversos equipamentos e serviços municipais foi de 22.855,27 €. Teve por base a estimativa de autoconsumo apresentada pelos serviços técnicos e a valorização apurada pelos serviços de contabilidade. Refira-se que em 2019, foi apurado o montante de 48.186,25 € referente à valorização das perdas de água de carácter extraordinário, pela ineficiência do serviço prestado [valorização da água não faturada acima do limite aceite pelo ERSAR, ou seja, 20%]. Apesar da natureza desta conta, no âmbito do POCAL, não respeitar á sua natureza, verifica-se que no novo normativo contabilístico [SNC-AP], esta conta [73] será destinada a registar a variação dos inventários da produção

Transferências e subsídios obtidos: englobam os subsídios atribuídos ao município e que têm como finalidade financiar a sua atividade corrente ou operacional, como sejam as transferências do FEF, do FSM, da participação no IRS, do IEPF [estágios e GIP – Gabinete de Inserção Profissional], da DREN [refeições e AAAF]. O aumento ocorreu, sobretudo ao nível das transferências do Orçamento do Estado [n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro].

Proveitos e ganhos financeiros: engloba os proveitos referentes a juros obtidos, rendimentos de participações de capital e rendimentos de imóveis: parques eólicos = 370.668,08 € [aumento de 94.000 €] e concessão de energia elétrica = 221.644,40 €.

Proveitos e ganhos extraordinários: onde são registados todos os proveitos e ganhos com carácter não regular ou corrente, como sejam os ganhos com a venda de património [139.388,92 €] e a consideração como proveito do ano dos subsídios ao investimento [na mesma proporção do gasto com o desgaste do património pelo uso e decorrer do tempo – 365.798,21 €].



Pela análise gráfica da estrutura de proveitos, verifica-se que a atuação do município de Sernancelhe, assim como uma boa parte dos municípios portugueses [sobretudo os de pequena dimensão], está muito dependente das transferências do Orçamento do Estado. No ano de 2019, verifica-se que da totalidade dos proveitos obtidos [9.023.591,81 €], cerca de 73,5% referem-se às transferências referidas. A análise do desempenho económico tende, assim, a perder a importância que habitualmente teria, uma vez que a obtenção da maioria dos proveitos não depende diretamente do desempenho do município.

No que se refere aos resultados obtidos pelo município de Sernancelhe no ano de 2019:

1. Trata-se de um resultado bastante positivo [1.110.364,37 €], o que em termos económicos significa que a estrutura de proveitos está bastante ajustada à estrutura de custos operacionais, financeiros e extraordinários.
2. Saliente-se que o município obteve um resultado operacional ligeiramente negativo [-11.229,96 €]. Refira-se que, neste resultado estão incluídos os gastos com as amortizações [desgaste dos edifícios e equipamentos municipais], mas não o proveito obtido com os subsídios ao investimento [obtenção de fundos comunitários], que se encontra na conta 79.8.3 [365.798,21 €]. Esta situação permite que o resultado operacional efetivo, seja de + 354.568,25 €. Ao nível dos resultados financeiros [+ 639.028,49 €], verificou-se a manutenção do bom desempenho apresentado nos anos transatos, em virtude dos rendimentos obtidos através dos parques eólicos e concessão de energia elétrica. No mesmo sentido, verifica-se que os resultados extraordinários foram positivos em 482.565,84 € [+ 154.956,20 €], em larga medida, pela diminuição das perdas extraordinárias decorrentes do abate de bens do imobilizado realizadas em 2018.

Balanço

O Balanço é considerado um documento de base financeira [documento contabilístico] que expressa a situação patrimonial de uma entidade, em determinada data, ou seja, onde é feita a comparação entre o ativo [conjunto de bens e direitos] e o passivo [conjunto de obrigações] com o objetivo de se obter o valor do património [fundos próprios] da entidade.

Em termos formais, a representação do património através do balanço é realizada com base em dois membros: 1.º membro [representados os bens e os direitos a receber]; 2.º membro [obrigações – dívidas a pagar; e por diferença, o valor do património, designado por fundos próprios].

Começaremos por analisar o 1.º membro do balanço, onde está representado o ativo [conjunto de património detido pelo município – bens e direitos – como sejam os terrenos, edifícios, equipamentos, viaturas, participações de capital em empresas, mercadorias, materiais primas e de consumo, dívidas a receber, dinheiro em caixa e bancos].

Está organizado por ordem crescente de liquidez [representa a maior ou menor capacidade de um recurso se transformar em dinheiro]. Sendo assim, em primeiro lugar, estarão os elementos do ativo [imobilizado] que apresentam maior dificuldade em se transformar em dinheiro [renovam-se muito lentamente]. Em seguida, estarão representados os elementos com menor dificuldade em converter em dinheiro – as existências [mercadorias e materiais de consumo]. No seguimento, estarão evidenciadas as dívidas a receber [sobretudo de clientes, contribuintes e utentes]. Os depósitos bancários e caixa, sendo totalmente líquidos [já representam dinheiro], aparecerão em último lugar.

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		Balanço			(unidade: Euros)
Código Contas POBAL	ATIVO	2019			2018
		AB	A/P	AL	AL
	IMOBILIZADO				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	3.832.508,20		3.832.508,20	3.831.391,70
452	Edifícios	171.415,25	29.727,47	141.687,78	142.839,71
453	Outras construções e infra-estruturas	40.588.441,53	18.623.416,17	21.965.025,36	20.875.409,61
455	Bens patrim. histórico, cultural	277.398,38		277.398,38	266.071,88
445	Imobilizações em curso	2.850.986,60		2.850.986,60	3.323.813,72
		47.720.749,96	18.653.143,64	29.067.606,32	28.499.526,62
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	3.607.423,60		3.607.423,60	3.471.122,60
422	Edifícios e outras construções	16.603.911,81	4.689.883,14	11.914.028,67	12.123.981,96
423	Equipamento básico	1.649.557,41	1.362.634,62	286.922,79	269.155,09
424	Equipamento de transporte	1.419.938,46	1.001.960,06	417.978,40	204.203,37
425	Ferramentas e utensílios	192.823,10	167.068,65	25.754,45	22.155,71
426	Equipamento administrativo	1.477.317,40	1.275.963,07	201.354,33	162.794,59
427	Taras e vasilhame	26.191,42	26.191,42	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	92.039,93	46.645,74	45.394,19	45.960,52
442	Imobilizações em curso	1.205.464,65		1.205.464,65	447.642,72
		26.274.667,78	8.570.346,70	17.704.321,08	16.747.016,56
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	71.569,01	18.000,00	53.569,01	53.569,01
412	Obrigações e títulos de participação	383.788,00		383.788,00	383.788,00
414	Investimentos em Imóveis	2.326.122,98	167.605,49	2.158.517,49	2.173.182,50
		2.781.479,99	185.605,49	2.595.874,50	2.610.539,51
	Total de Amortizações do Imobilizado		27.409.095,83		
	Total de Provisões do Imobilizado				
	Total do Ativo Imobilizado	76.776.897,73	27.409.095,83	49.367.801,90	47.797.082,69

Analisando em detalhe a primeira parte do balanço, referente ao Imobilizado:

Bens de domínio público: representam os investimentos em bens, como sejam as estradas, os arruamentos e bens do património histórico, artístico e cultural, que têm como características o facto de não poderem ser vendidos, expropriados nem dados como garantia. Relativamente a estes bens, o município detinha no final de 2019, o valor líquido de 29.067.606,32 € [coluna identificada como AL – ativo líquido]. Este valor é obtido tendo em conta que estes bens custaram 47.720.749,96 € [coluna identificada como AB – ativo bruto] e que já se desgastaram pelo uso ou pelo decorrer do tempo em 18.653.143,64 € [coluna identificada como A/P – amortizações acumuladas]. No final do ano anterior, estes bens valiam contabilisticamente 28.439.526,62 €.

Imobilizações corpóreas: considera-se nesta rubrica todo o património adquirido pelo município para o desenvolvimento da sua atividade, como sejam os edifícios, os terrenos, os equipamentos, as viaturas, o mobiliário, equipamento informático. Apresentavam um valor contabilístico de 17.704.321,08 € no final de 2019 e no final do ano anterior, estes bens valiam contabilisticamente 16.747.016,56 €.

Investimentos financeiros: representam o valor das participações no capital de empresas detidas pelo município e o valor relativo ao FAM – Fundo de Apoio Municipal [253.374,00 €], assim como o valor dos bens de Imobilizado utilizados para a obtenção de rendimento [Investimentos em Imóveis = 2.158.517,49 €].

Imobilizações em curso: os bens de domínio público e as imobilizações corpóreas, apresentam uma rubrica designada de “Imobilizações em curso”. Esta refere-se aos investimentos que se encontram em construção. Isto é, os investimentos permanecem em curso enquanto os bens/obras não estão concluídos, sendo posteriormente transferidos para Imobilizado firme, para as respetivas rubricas de Imobilizado, dando assim, início à respetiva amortização [contabilização do desgaste] e imputação de subsídios a proveitos [no caso de participações].

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		Balanço			[unidade: Euros]
Código Contas POBAL	ATIVO	2019			2018
		AB	A/P	AL	AL
	CIRCULANTE				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsid. e de consumo	53.054,96		53.054,96	53.410,13
		53.054,96	0,00	53.054,96	53.410,13
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
212	Contribuintes c/c	279,26		279,26	190,74
213	Utentes c/c	71.012,77		71.012,77	73.518,97
24	Estado e outros entes públicos	275.611,25		275.611,25	272.788,21
		346.903,28	0,00	346.903,28	346.497,92
	Depósitos em instituições financ. e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.358.388,15		2.358.388,15	1.359.587,89
11	Caixa	1.733,65		1.733,65	1.727,29
		2.360.121,80		2.360.121,80	1.361.315,18
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	706.665,05		706.665,05	697.470,66
272	Custos diferidos	26.970,44		26.970,44	34.180,58
		733.635,49		733.635,49	731.651,24
	Total do Ativo Circulante	3.493.715,53	0,00	3.493.715,53	2.492.874,47
	Total de Amortizações		27.409.095,83		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do Ativo	80.270.613,26	27.409.095,83	52.861.517,43	50.289.957,16

AB = Ativo Bruto

AP = Amortizações e provisões acumuladas

AL = Ativo Líquido

Analisando em detalhe a segunda parte do balanço, referente ao ativo circulante:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: representam os materiais detidos para consumo, sobretudo, no armazém de materiais para serviço de abastecimento de água e saneamento.

Contribuintes e utentes: representam as dívidas pela venda de água [59.787,87 €], pelos arrendamentos de espaços comerciais e habitacionais [11.224,90 €] e relativas a taxas. A dívida global é de 71.292,03 €.

Estado e outros entes públicos: representa o valor em dívida por parte da AT relativamente a IVA.

Depósitos em instituições financeiras e caixa: representa o valor que o município dispõe nas suas contas bancárias [à ordem e a prazo] e no cofre. Refira-se que apesar do valor existente em 2019/12/31 ser de 2.360.121,80 € €, apenas 1.817.726,71 € eram efetivamente do município. Os restantes 542.395,09 € são de operações de tesouraria [ver abordagem aos fluxos de caixa].

O 2.º membro do balanço, onde está representado o passivo [conjunto de obrigações do município], está organizado por ordem crescente de exigibilidade [do maior para o menor prazo para cumprimento das suas obrigações para pagar as suas dívidas]. As primeiras rubricas serão aquelas em que o prazo para pagar é superior a um ano e as últimas representam as dívidas cuja obrigação decorrerá no prazo até 1 ano]. Os Fundos Próprios correspondem ao valor líquido do património, ou seja, a diferença entre o ativo total [recursos] e o passivo total [conjunto de dívidas contraídas].

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE

Balanço [continuação]

[unidade: Euros]

Código Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
51	Património	24.460.003,98	24.460.003,98
	Reservas:		
571	Reservas legais	8.859.571,16	8.835.059,10
59	Resultados transitados	4.250.907,69	3.777.032,34
88	Resultado líquido do exercício	1.110.364,37	490.241,29
		38.680.847,20	37.562.336,71
	PASSIVO:		
292	Provisões para riscos e encargos	30.479,61	52.979,61
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos: [a]		
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	1.006.419,35	1.264.829,80
261	Fornecedores de imobilizado - mlp	225.085,54	0,00
268	Credores Administrações públicas - FAM	0,00	14.076,50
		1.261.984,50	1.331.885,91
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo:		
2311	Empréstimos de curto prazo	258.410,78	258.410,58
221	Fornecedores c/c	100,00	0,00
228	Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	0,00	28.271,55
217	Clientes e utentes com caução	19.638,57	22.415,95
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	27.862,30	0,00
24	Estado e outros entes públicos	29.959,67	25.389,27
262/263	Outros credores	525.827,87	502.429,46
		861.799,19	836.916,81
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	375.902,65	399.963,05
274	Provetos diferidos	11.680.983,89	10.158.854,68
		12.056.886,54	10.558.817,73
	Total do Passivo	14.180.670,23	12.727.620,45
	Total do Passivo e Fundos Próprios	52.861.517,43	50.289.957,16

Analisando em detalhe a terceira parte do balanço, referente ao passivo:

Provisões para riscos e encargos: as provisões são reconhecidas como passivos [obrigações presentes em que é provável que uma saída de dinheiro será necessária para as liquidar] cuja quantia e data de liquidação são incertas. Diferem dos restantes passivos [contas a pagar e acréscimos comerciais] devido à incerteza quanto ao momento concreto da ocorrência da obrigação ou da quantia dos dispêndios futuros necessários à sua liquidação.

Dívidas a terceiros de m/l prazo: representa os valores em dívida do município relativo a dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra por prazos superiores a 1 ano, ou seja, cujo prazo para pagamento seja para efetuar a partir de 2021 e seguintes. Apresenta a parte exigível por prazos superiores a 1 ano dos financiamentos bancários [1.006.419,35 €] e fornecedores de investimentos [225.085,54 €].

Empréstimos de curto prazo: representa os valores em dívida relativos a financiamentos bancários exigíveis por prazos até 1 ano [258.410,78 €].

Estado e outros entes públicos: representa as dívidas relacionadas com impostos, cujo prazo para pagamento decorre durante o ano de 2020, como sejam o IRS e as retenções efetuadas aos trabalhadores.

Outros credores: outras dívidas a terceiros relacionadas com outras operações de tesouraria [principalmente cauções].

Analisando em detalhe a terceira parte do balanço, referente aos fundos próprios:

Património: representa o valor do património inicial do município à data de entrada no POCAL e ainda, todo o património que ao longo dos anos foi sendo integrado na contabilidade.

Reservas: representa o valor do património adquirido/gerado ao longo dos anos de atividade do município. Verificou-se um ligeiro aumento, pela aplicação dos resultados apurados no período económico de 2018.

Resultados transitados: acumula o património gerado ao longo dos anos pelos resultados positivos da atividade municipal, além de registar, as regularizações não frequentes e de grande significado. Neste período económico, verificou-se um aumento, na ordem dos 473.985,39 €, devido, sobretudo, à aplicação dos resultados apurados no ano anterior.

Indicadores de gestão

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que transmitem uma visão global da situação financeira, económica e orçamental do município. Pretende-se neste ponto da prestação de contas, evidenciar alguns rácios que permitam avaliar o desempenho municipal no ano em análise e comparativamente com o ano anterior.

Indicadores orçamentais

Fórmula	Cálculo	2019	2018	2017	2016	Análise
Receita total	10.463.731,88					
Despesa total	9.507.298,14	110,06%	91,82%	103,13%	115,53%	Mede o grau de cobertura da despesa total pela receita [sem considerar a integração do saldo de gerência]. O valor do ano, evidencia uma economia orçamental, traduzindo-se no aumento do saldo de gerência que transitou do ano anterior.
Receita corrente	7.545.553,42					
Despesa corrente	6.370.067,00	118,45%	116,92%	123,43%	123,88%	Mede o grau de cobertura da despesas correntes pelas receitas correntes. Verifica-se o cumprimento do princípio do equilíbrio financeiro, ou seja, que o município conseguiu libertar mais receita corrente para financiar despesas de capital.
Recargas próprias	2.594.169,51					
Despesa total	9.507.298,14	27,29%	23,89%	27,34%	34,02%	Mede o grau de cobertura das despesas totais por via das receitas próprias do município [financiamento da sua atividade por receitas próprias]. É de salientar que as receitas próprias cresceram 209.391,75 € e que a despesa total diminuiu [- 489.460,92 €].
Despesas c/ pessoal	2.022.283,65					
Despesa total	9.507.298,14	21,27%	19,65%	22,21%	27,37%	Mede o peso das despesas com o pessoal na despesa total do município. O agravamento verificado em 2019, deve-se, a um aumento das despesas c/ pessoal [+ 57.964,75 €] e a uma diminuição da despesa total [- 489.460,92 €].

Indicadores financeiros

Fórmula	Cálculo	2019	2018	2017	2016	Análise
Liquidez geral:						
Ativo circulante	3.493.715,53					
Passivo circ. c/p	1.237.701,84	2,82	2,02	2,68	1,98	Mede a relação entre os ativos mais facilmente convertíveis em dinheiro e as dívidas a pagar de curto prazo. É desejável um rácio superior a 1. Esta premissa é cumprida e significa que o município tem capacidade imediata para solver as dívidas de curto prazo.
Autonomia financeira:						
Fundos próprios-BDP	9.613.240,88					
Ativo - BDP	23.793.911,11	40,40%	41,75%	43,85%	43,63%	Mede o grau de independência do município em relação aos seus credores. Apresenta um nível de autonomia aceitável. Refira-se que foi retirado o efeito dos bens de domínio público [BDP], uma vez que se tratam de bens não alienáveis.
Endividamento:						
Passivo	14.180.670,23					
Ativo - BDP	23.793.911,11	59,60%	58,25%	56,15%	56,37%	Mede o grau de dependência do município em relação aos seus credores. Conjugado com a análise do indicador anterior, verifica-se um nível de endividamento ligeiramente maior que no ano anterior. Foi igualmente retirado o efeito dos bens de domínio público [BDP].
Cobertura do Imobilizado:						
Capitais permanentes	10.875.225,38					
Imobilizado líq. - BDP	20.300.195,58	53,57%	54,01%	59,53%	56,74%	Exprime o grau de cobertura do Imobilizado pelos capitais permanentes. Mais de metade do imobilizado [elementos patrimoniais de m/l prazo] está coberto pelos capitais de m/l prazo. Foi igualmente retirado o efeito dos bens de domínio público [BDP].

Endividamento [Ponto 8.3.6 do POAL]

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 52.º daquela lei, na sua atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano: 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Para os municípios que, em 31 de dezembro, não excedam aquele limite, a sua margem de endividamento pode ser utilizada de acordo com o previsto na alínea b), do n.º 3, do mesmo diploma: "[...] só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

Nos termos do legalmente estabelecido, não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1, da mesma lei:

- A contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal [LOE de 2015 a 2019].
- O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento [FEEI] ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro [n.º 5, do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro].
- A dívida resultante de posições contratuais a transferir para as autarquias locais ou para as entidades intermunicipais no âmbito do processo de transferência de competências previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto [artigo 80.ºD, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro].
- Assunção pelas autarquias locais de despesa referente à contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus [artigo 90.ºA, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro].

Para o ano de 2019, o limite da dívida total estabelecido para o Município de Sernancelhe [informação disponibilizada no site da DGAL], foi de 10.740.963 €, calculado da seguinte forma:

Receita corrente líquida					Limite
2016	2017	2018	Total	Média	
[1]	[2]	[3]	[4] = [1] + [2] + [3]	[5] = [4] / 3	[6] = [5] x 1,5
6.882.218	7.200.713	7.398.996	21.481.927	7.160.642	10.740.963

Limite	Dívida total ^[1]		Margem utilizável	Variação da dívida [%]	Margem utilizada em 2019
	Início	Final			
[1]	[2]	[3]	[4] = ([1] - [2]) x 20%	[5] = ([3] - [2]) / [2]	[6]
10.740.963	2.448.793	2.123.784	1.658.434	-13,27%	0,00

[1] Inclui contribuição SM/AM/SEL/Entid. Participadas (2.527,00 €). Exclui operações não orçamentais (586.229,59 €) e FAM (14.078,50 €)

No início de 2019, o limite à dívida total ascendeu a 10.740.963 €. Considerando que a dívida total no início do ano [2.448.793 €] se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível [(10.740.963 € - 2.448.793 €) x 20%], ou seja, até mais 1.658.434 €.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 13,27%, sendo de apenas 2.123.784 €.

LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

A Lei n.º 8/2012, de 21/02 alterada e republicada pela Lei n.º 22/2016, de 17/03, estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

O disposto no seu artigo 7º, estabeleceu como princípio que a execução orçamental não pode conduzir a um aumento dos pagamentos em atraso, pelo que, a LCPA e o DL n.º 127/2012, de 21/06 [que veio regulamentar a sua aplicação], veio essencialmente determinar que os compromissos não podem exceder os Fundos Disponíveis, calculados nos termos da alínea f) do artigo 3º.

Pagamentos em atraso

A alínea e) do artigo 3º da LCPA, refere que os pagamentos em atraso, são *“as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”*.

O Município de Sernancelhe não apresenta pagamentos em atraso, situação que se mantém em 2019. Este fator foi determinante para o cálculo dos Fundos Disponíveis, visto que a previsão da receita a cobrar nos seis meses seguintes, não está condicionada ao limite de apenas 85% da média da receita cobrada nos dois últimos anos, imposto pelo artigo 8º.

Declarações nos termos do artigo 15º da LCPA

Dando cumprimento às alíneas a) e b) nº 1 do artigo 15º da LCPA, e nos termos definidos no artigo 17º do DL n.º 127/2012 de 21/06, prestam-se as seguintes declarações à data de 2019/12/31.

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 2019/12/31

Alínea a), do n.º 1 do artigo 15º da LCPA

Nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 15º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do município, pelos seguintes valores globais:

Compromissos para Exercícios Futuros		
05.1	Período económico de 2020	2.456.556,53 €
05.2	Período económico de 2021	1.207.246,11 €
05.3	Período económico de 2022	1.122.239,26 €
05.4	Período económico de 2023 e seguintes	12.305.778,85 €

Sernancelhe, 15 de junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal



Carlos Silva Santiago

Declaração de pagamentos e Recebimentos em atraso existentes em 2019/12/31*Alínea b), do n.º 1 do artigo 15º da LCPA*

1. Pagamentos em atraso: nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 15º da LCPA, declaro que o Município de Sernancelhe não tem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias.
2. Recebimentos em atraso: nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, conjugado com o artigo 17º do DL n.º 127/2012, de 21/06, declaro que não existem recebimentos em atraso, à data de 2019/12/31:

<i>Devedor</i>	<i>Montante</i>	<i>Descrição</i>
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	Abastecimento de água
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	Rendas
Estado e outros entes públicos	0,00 €	Impostos – informação não disponibilizada

Sernancelhe, 15 de Junho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal


*Carlos Silva Santiago***Disposições legais**

Pretende-se evidenciar/informar sobre o nível de cumprimento do Município de Sernancelhe, face às disposições legais previstas na Lei n.º 73/2013, de 03/09 [RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais], na redação em vigor.

Equilíbrio orçamental [artigo 40º do RFALEI]

A Lei n.º 73/2013, de 03/09 [RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais] veio reforçar as regras aplicadas ao princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL.

Assim, o artigo 40º da referida Lei, determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O n.º 4 do mesmo artigo, define que as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo correspondem ao montante correspondente à divisão do capital contraído, pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

No ano de 2019, a receita corrente bruta cobrada pelo município foi de 7.549.742,53 €, menos o valor total da média das amortizações anuais de empréstimos a médio ou longo prazo [EMLP] de 259.290,08 €, determinou o limite ao pagamento das despesas correntes, em 7.290.452,45 €, que cobre claramente, o valor da despesa corrente paga, no montante de 6.370.067,00 €. Está assim cumprido o princípio do equilíbrio orçamental.

Alerta precoce de desvios [artigo 56º do RFALEI]

A Lei n.º 73/2013, de 03/09 [RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais] no seu artigo 56º, fixou mecanismos de alerta precoce para prevenir eventuais desvios aos limites impostos à dívida dos municípios.

No aludido artigo, são estes os mecanismos de alerta estabelecidos, caso não se cumpram as seguintes regras:

1. Sempre que a dívida total, prevista no artigo 52º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.
2. Sempre que a dívida total atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.
3. No caso de o município registar, durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução orçamental da receita inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1.

Segundo o n.º 4 do artigo 56º, o alerta referido nos pontos anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78º.

Em relação ao n.º 1 e n.º 2 do artigo 56º, e tal como abordado anteriormente, o município apresentou no final de 2019, uma dívida total de operações orçamentais inferior ao limite.

Em relação ao ponto 3, o município obteve uma taxa de execução orçamental da receita de 89,71% [sem o saldo de gerência] ficando acima da taxa de execução mínima de 85%, imposta no n.º 3 do artigo 56º. Como a taxa de execução de 2018 tinha ficado nos 81,21%, significava que no ano de 2019, o município teria de apresentar um grau de execução superior a 85%, o que de facto, veio a acontecer.

Em suma, o Município de Sernancelhe, cumpriu com todas as premissas impostas pela Lei n.º 73/2013, de 03/09.

FAM – Fundo de Apoio Municipal [artigo 62º a 64º do RFALEI]

A aprovação e publicação da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, veio estabelecer o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal [FAM].

O FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 03/09, bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

A contribuição imposta ao município de Sernancelhe para o FAM e após a redução imposta pelo Orçamento do Estado de 2018, foi de 253.374,00 €, a realizar em 7 anos. À data de 2019/12/31, a dívida era de 14.076,50 €, a pagar até final de 2020.

Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3 do POCAL, a aplicação do resultado líquido do período é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Nos mesmos termos, quando o resultado líquido do período for positivo, pode ser repartido em reforço do Património e/ou constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5, também do POCAL, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do período.

Como o Resultado Líquido do Período de 2019 foi positivo em 1.110.364,37 €, nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/2, a Câmara Municipal propõe que o resultado líquido do período tenha a seguinte aplicação:

- 55.518,22 € [5%] para Reservas legais
- 1.054.846,15 € [restante] para Resultados Transitados

Factos relevantes ocorridos após o termo do período

O primeiro trimestre de 2020, foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global, denominada Covid-19, declarada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada mundialmente, teve um impacto muito relevante em todas as entidades e setores de atividade.

No 1.º quadrimestre de 2020, o Município de Sernancelhe adotou diversas medidas para mitigar a propagação da Covid-19 e minimizar o impacto negativo junto da população e empresas do concelho, incorrendo em despesas com apoios sociais [população e entidades de cariz social], equipamentos e todas as medidas inseridas no combate à covid-19.

Pela avaliação efetuada, ainda não está medido o impacto financeiro completo para a autarquia, mas continua salvaguardado o princípio da continuidade, perspectivando-se, como é óbvio, um aumento da despesa e a perda de receita, associada à atribuição de apoios sociais, à prevenção e à diminuição drástica da atividade económica concelhia.

Tratando-se de um evento ocorrido em 2020, não tem qualquer efeito nas contas do ano de 2019.



PARTE 3

MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓTICA PATRIMONIAL

Balanco [Ponto 5 do POCAL / R.4 n.º 1 do TC]**MUNICÍPIO DE SERNANCELHE****Balanco**

(unidade: euros)

Código Contas POCAL	ATIVO	2019			2018
		AB	A/P	AL	AL
	IMOBILIZADO				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	3.832.508,20		3.832.508,20	3.831.391,70
452	Edifícios	171.415,25	29.727,47	141.687,78	142.839,71
453	Outras construções e infra-estruturas	40.588.441,53	18.623.416,17	21.965.025,36	20.875.409,61
455	Bens patrim. histórico, cultural	277.398,38		277.398,38	266.071,88
445	Imobilizações em curso	2.850.986,60		2.850.986,60	3.323.813,72
		47.720.749,96	18.653.143,64	29.067.606,32	28.439.526,62
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	3.607.423,60		3.607.423,60	3.471.122,60
422	Edifícios e outras construções	16.603.911,81	4.689.883,14	11.914.028,67	12.123.981,96
423	Equipamento básico	1.649.557,41	1.362.634,62	286.922,79	269.155,09
424	Equipamento de transporte	1.419.938,46	1.001.960,06	417.978,40	204.203,37
425	Ferramentas e utensílios	192.823,10	167.068,65	25.754,45	22.155,71
426	Equipamento administrativo	1.477.317,40	1.275.963,07	201.354,33	162.794,59
427	Taras e vasilhame	26.191,42	26.191,42	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	92.039,93	46.645,74	45.394,19	45.960,52
442	Imobilizações em curso	1.205.464,65		1.205.464,65	447.642,72
		26.274.667,78	8.570.346,70	17.704.321,08	16.747.016,56
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	71.569,01	18.000,00	53.569,01	53.569,01
412	Obrigações e títulos de participação	383.788,00		383.788,00	383.788,00
414	Investimentos em imóveis	2.326.122,98	167.605,49	2.158.517,49	2.173.182,50
		2.781.479,99	185.605,49	2.595.874,50	2.610.539,51
	Total de Amortizações do Imobilizado		27.409.095,83		
	Total de Provisões do Imobilizado				
	Total do Ativo Imobilizado	76.776.897,73	27.409.095,83	49.367.801,90	47.797.082,69
	CIRCULANTE				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsid. e de consumo	53.054,96		53.054,96	53.410,13
		53.054,96	0,00	53.054,96	53.410,13
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
212	Contribuintes c/c	279,26		279,26	190,74
213	Utentes c/c	71.012,77		71.012,77	73.518,97
24	Estado e outros entes públicos	275.611,25		275.611,25	272.788,21
		346.903,28	0,00	346.903,28	346.497,92
	Depósitos em Instituições financ. e Caixa:				
12	Depósitos em Instituições financeiras	2.358.388,15		2.358.388,15	1.359.587,89
11	Caixa	1.733,65		1.733,65	1.727,29
		2.360.121,80		2.360.121,80	1.361.315,18
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	706.665,05		706.665,05	697.470,66
272	Custos diferidos	26.970,44		26.970,44	34.180,58
		733.635,49		733.635,49	731.651,24
	Total do Ativo Circulante	3.493.715,53	0,00	3.493.715,53	2.492.874,47
	Total de Amortizações		27.409.095,83		
	Total de Provisões		0,00		
	Total do Ativo	80.270.613,26	27.409.095,83	52.861.517,43	50.289.957,16

AB = Ativo Bruto

AP = Amortizações e provisões acumuladas

AL = Ativo Líquido

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		Balço [continuação]		[unidade: Euros]
Código Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS		
		2019	2018	
	FUNDOS PRÓPRIOS:			
51	Património	24.460.003,98	24.460.003,98	
	Reservas:			
571	Reservas legais	8.859.571,16	8.835.059,10	
59	Resultados transitados	4.250.907,69	3.777.032,34	
88	Resultado líquido do exercício	1.110.364,37	490.241,29	
		38.680.847,20	37.562.336,71	
	PASSIVO:			
292	Provisões para riscos e encargos	30.479,61	52.979,61	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos: [a]			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	1.006.419,35	1.264.829,80	
261	Fornecedores de imobilizado - mlp	225.085,54	0,00	
268	Credores Administrações públicas - FAM	0,00	14.076,50	
		1.261.984,50	1.331.885,91	
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo:			
2311	Empréstimos de curto prazo	258.410,78	258.410,58	
221	Fornecedores c/c	100,00	0,00	
228	Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	0,00	28.271,55	
217	Clientes e utentes com caução	19.638,57	22.415,95	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	27.862,30	0,00	
24	Estado e outros entes públicos	29.959,67	25.389,27	
262/263	Outros credores	525.827,87	502.429,46	
		861.799,19	836.916,81	
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	375.902,65	399.963,05	
274	Proveitos diferidos	11.680.983,89	10.158.854,68	
		12.056.886,54	10.558.817,73	
	Total do Passivo	14.180.670,23	12.727.620,45	
	Total do Passivo e Fundos Próprios	52.861.517,43	50.289.957,16	

Demonstração dos resultados [Ponto 6 do POAL / R.4 n.º 2 do TC]

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE		Demonstração dos resultados por naturezas		[unidade: Euros]	
Código Contas do POCAL	Custos e Perdas	Exercício			
		2019		2018	
61	Custos das mercad. vendidas e das mat. consumidas:			57.154,46	
	Mercadorias				
	Matérias	110.580,56	110.580,56		57.154,46
62	Fornecimentos e serviços externos:		3.814.048,42		4.030.016,96
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.538.030,00		1.485.482,70	
643+648	Encargos sociais	424.106,97	1.962.136,97	413.979,02	1.899.461,72
63	Transfer. e subs. correntes concedidos e prest. sociais		426.277,46		341.063,13
66	Amortizações do exercício		1.374.490,70		1.417.360,75
67	Provisões do exercício		0,00		15.100,00
65	Outros custos operacionais		9.111,22		3.370,77

[a] Saldo da conta 81 - Resultados operacionais antes do apuramento dos resultados

Notas ao balanço e à demonstração dos resultados [Ponto 8.2 do POCAL / R.4 n.º 13 do TC]**8. Anexos às Demonstrações Financeiras**

As notas ao balanço e à demonstração dos resultados que a seguir se apresentam, visam facilitar a análise e a compreensão das demonstrações financeiras do Município de Sernancelhe apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2.4 do POCAL [Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro], na Resolução n.º 4 /2001 do Tribunal de Contas e Resolução n.º 6/2013 do Tribunal de Contas.

8.1. Caracterização da Entidade**8.1.1. Identificação**

Esta autarquia tal como refere o n.º 1 e n.º 2º do artigo 235º da Constituição da República faz parte da organização democrática do Estado, é uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses da população respetiva. Para complemento da informação sobre o Município, consultar o mapa de Caracterização da Entidade, apresentado na Parte 1 desta prestação de contas.

8.1.2 Legislação

O Município tem autonomia financeira e administrativa, tal como refere o artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais [RFALEI].

8.2. Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados

Nos termos do ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, as notas ao balanço e à demonstração dos resultados integram os anexos às Demonstrações Financeiras e são um elemento fulcral na tomada de decisões dos órgãos autárquicos, pois facilitam uma leitura aprofundada das demonstrações financeiras.

8.2.1. Indicação e justificação das disposições do POCAL que em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração dos resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.2. Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.0 – Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das autarquias locais [Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL], que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002.

8.2.3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1.1 – Imobilizações

8.2.3.1.1.1 – Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

- a] Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.
- b] Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria n.º 671/2000, de 10 de março [CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado].

8.2.3.1.1.2 – Imobilizações incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.1.3 – Investimentos Financeiros**Mensuração**

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição. Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.1.4 – Bens de domínio Público

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na Portaria nº 671/2000, de 10 de março [CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado].

8.2.3.1.1.5 – Critérios genéricos**8.2.3.1.1.5.1 – Aquisições a título gratuito**

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade [nota 8.2.14].

8.2.3.1.1.5.2 – Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no ponto 8.2.3.1.1.5.1.

8.2.3.1.1.5.3 – Imparidades

Quando à data do balanço, os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.1.5.4 – Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade [nota 8.2.14].

8.2.3.1.1.5.5 – Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.1.5.6 – Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.1.2 – Existências**8.2.3.1.2.1 – Mensuração**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

1. Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.
2. Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.
3. Se o custo de aquisição ou de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.
4. Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no ponto 3.
5. Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.1.2.2 – Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.1.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 – Métodos de custeio

Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.1.3 – Dívidas de e a terceiros**8.2.3.1.3.1 – Mensuração**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.1.3.2 – Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.1.4 – Disponibilidades**8.2.3.1.4.1 – Mensuração**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros – Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros – Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição [preço de compra acrescido dos gastos de compras].

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.

8.2.3.1.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior, se o preço de mercado for inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos custos de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.1.5 – Provisões [2.7.1 POCAL]

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de tercelros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente [legal ou construtiva] resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: [I] obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou [II] obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.1.6 – Amortizações [ponto 2.7.2 POCAL]

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes. Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.ª mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.3.1.7 – Regime do acréscimo

De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, os proveitos e os custos são reconhecidos no exercício em que ocorram independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Acréscimos de proveitos [271] – proveitos ainda não documentados, mas que têm de ser reconhecidos no próprio exercício, pois dizem respeito a 2019, a receber em 2020.

Rubricas POCAL	Designação	Exercícios	
		2019	2018
	Acréscimos de proveitos		
27.1.2	IMI	414.514,27	410.592,19
27.1.3	IUC	8.324,49	7.211,56
27.1.4	IMT	2.059,29	1.482,70
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	281.767,00	278.184,21
	TOTAL	706.665,05	697.470,66

Custos Diferidos [272] – Despesas ainda não consumidas, mas já faturadas ao Município respeitantes a custos de 2019, como sejam os seguros anuais.

Rubricas POCAL	Designação	Exercícios	
		2019	2018
	Custos diferidos		
27.2.1	Seguros	15.885,11	23.207,92
27.2.9	Outros custos diferidos	11.085,33	10.972,66
	TOTAL	26.970,44	34.180,58

Acréscimos de Custos [273] – Custos ainda não documentados, mas que têm de ser reconhecidos no próprio exercício, pois dizem respeito a 2019, como sejam, subsídios de férias dos trabalhadores:

Rubricas POCAL	Designação	Exercícios	
		2019	2018
	Acréscimos de custos		
27.3.1	Seguros a liquidar	0,00	4,24
27.3.3	Juros a liquidar	1.316,17	1.698,33
27.3.5	Encargos com Segurança Social e CGA	48.086,43	46.067,68
27.3.6	Férias e subsídio de férias	202.080,22	193.593,32
27.3.9	Outros acréscimos de custos	124.419,83	158.599,48
	TOTAL	375.902,65	399.963,05

Proveitos Diferidos [274] – os subsídios para investimento em ativos amortizáveis são movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 – Proveitos e Ganhos Extraordinários – Transferências de Capital, à medida que vão sendo contabilizadas as amortizações do exercício.

Rubricas POCAL	Designação	Exercícios	
		2019	2018
	Proveitos diferidos		
27.4.5	Subsídios ao Investimento	11.570.522,82	10.040.503,53
	TOTAL	11.570.522,82	10.040.503,53

8.2.4. Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

8.2.5. Situações em que o resultado do período foi afetado.

Não ocorreram situações, nomeadamente utilização de critérios de valorimetria diferentes dos previstos no capítulo 4 do POAL, por amortizações do ativo imobilizado superior às adequadas, por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo que afetassem o resultado líquido do período.

8.2.6. Comentário às contas 431 “Despesas de instalação” e 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.7. e 8.2.8. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

O mapa do ativo bruto, resume os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço. Os valores reportam-se às aquisições do exercício, a transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e a abates.

O ativo bruto:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
Terrenos e recursos naturais	3.831.391,70		1.116,50			3.832.508,20
Edifícios	171.415,25					171.415,25
Outras construções e infraestruturas	38.650.967,13		1.940.192,70		2.718,30	40.588.441,53
Bens do património histórico, artist. e cultural	266.071,88		11.326,50			277.398,38
Outros bens de domínio público	0,00					0,00
Imobilizações em curso	2.850.986,60					2.850.986,60
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00					0,00
	45.770.832,56	0,00	1.952.685,70	0,00	2.718,30	47.720.748,96
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	0,00					0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00					0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00					0,00
Outras	0,00					0,00
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Terrenos e recursos naturais	3.471.122,60		136.301,00			3.607.423,60
Edifícios e outras construções	16.537.984,95		124.025,80		58.098,94	16.603.911,81
Equipamento básico	1.561.957,73		87.632,48		32,80	1.649.557,41
Equipamento de transporte	1.148.166,25		279.530,00	7.777,79		1.419.938,44
Ferramentas e utensílios	181.850,73		10.972,37			192.823,10
Equipamento administrativo	1.342.505,00		134.812,40			1.477.317,40
Taras e vestígio	26.191,42					26.191,42
Outras imobilizações corpóreas	89.669,63		2.370,30			92.039,93
Imobilizações em curso	920.469,84		1.798.837,92		1.513.843,11	1.205.454,85
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
	28.279.918,15	0,00	2.574.502,27	7.777,79	1.571.974,85	28.274.667,74
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de capital	71.569,01					71.569,01
Obrigações e títulos de participação	383.788,00					383.788,00
Investimentos em imóveis	2.315.281,90		10.841,68			2.326.122,98
Outras aplicações financeiras	0,00					0,00
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00					0,00
	2.770.638,91	0,00	10.841,68	0,00	0,00	2.781.479,99
TOTAL	78.821.389,02 €	0,00 €	4.587.979,65 €	7.777,79 €	1.574.893,15 €	76.776.897,73 €

8.2.13 Indicação dos bens em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções			
Equipamento básico			
Equipamento de transporte	255.800,00	31.975,00	223.825,00
Equipamento administrativo			
Outras imobilizações corpóreas			
	255.800,00	31.975,00	223.825,00

Financiamento	M/L Prazo	Curto Prazo	Valor em Dívida
Contrato de leasing	255.800,00	31.975,00	223.825,00

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não é possível contabilizar parte dos bens de domínio público municipal e dos ramais de abastecimento de água e saneamento, por falta de elementos contabilísticos, falta de cadastro e pela impossibilidade de proceder à sua avaliação.

8.2.15 Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Em conformidade com o POCAL e com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, de 17/04, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado [CIBE], os terrenos e as obras de arte não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício conhecido em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Denominação da Participada	Sede	NIF	Capital social	Participação		Resultado do período 2019	Contribuição p/ endividamento
				Valor	%		
Participações societárias							
Mataveisu – Matadouro Regional de Viseu, SA	Parque do Gado – Apartado 84 3501-908 Viseu	507.267.435	535.000,00 €	18.000,00 €	3,36%	S/I	0,00 €
Aquisem, SA	Rua da Calçada, 1 - R/C 3640-224 Sernancelhe	508.556.082	50.000,00 €	24.500,00 €	49,00%	53.559,77 €	0,00 €
Esproser – Escola Profissional, SA	Av. das Tílias 3640-211 Sernancelhe	504.676.326	50.000,00 €	24.750,00 €	49,50%	11.698,98 €	0,00 €
Resinorte, SA	Codessoso – Apartado 27 4890-166 Codessoso	509.143.059	8.000.000,00 €	24.084,00 €	0,30%	-1.767.472,23 €	[a]
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real	505.863.901	111.061.732,00 €	105.664,00 €	0,10%	5.208.557,00 €	[a]
Município - Empresa Cartografia e Sist. Informação, SA	Taguspark - Edif. Ciência II, 11 - 3º 3740-120 Porto Salvo	504.475.608	238.578,67 €	4.985,01 €	0,15%	-108.647,02 €	0,00 €
Participações não societárias							
Associação Nacional de Municípios Portugueses [ANMP]	Av. Mamoco e Sousa, 52 3004-511 Coimbra	501.627.413	2.274.107,78 €	N/A	0,284%	S/I	288,22 €
Associação de Municípios do Vale do Douro Sul [AMVDS]	Av. das Acácias 5100-070 Lamego	503.821.632	545.850,19 €	N/A	10%	S/I	2.420,59 €
Associação Regional de Municípios do Vale do Távora	Edifício de Câmara Municipal 3620-324 Moimenta da Beira	503.315.079	S/I	N/A	33%	S/I	S/I
CIM DOURO - Comunidade Intermunicipal do Douro	Av. Carvalho Araújo, 7 5000-657 Vila Real	508.779.200	N/A	N/A	5,26%	N/A	S/I

[a] Empresa abrangida pelo Setor Empresarial do Estado ou Regional, e excluir do cálculo do limite de endividamento.

Obs: N/A - Não Aplicável

S/I - Sem Informação Disponível

8.2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”, indicação quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

Não aplicável.

O mapa das amortizações e provisões:

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DO EXERCÍCIO				
DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Amortizações de bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	28.575,54	1.151,93		29.727,47
Outras construções e infraestruturas	17.775.557,52	847.858,65		18.623.416,17
Bens de património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
	17.804.133,06	849.010,58	0,00	18.653.143,64
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00			0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00			0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	4.414.002,99	285.185,25	-9.305,10	4.689.883,14
Equipamento básico	1.292.802,64	69.831,98		1.362.634,62
Equipamento de transporte	943.962,88	63.899,97	-5.902,79	1.001.960,06
Ferramentas e utensílios	159.695,02	7.373,63		167.068,65
Equipamento administrativo	1.179.710,41	96.252,66		1.275.963,07
Taras e vasilhame	26.191,42			26.191,42
Outras imobilizações corpóreas	43.709,11	2.936,63		46.645,74
	8.060.074,47	525.480,12	-15.207,89	8.570.346,70
De investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	142.098,80	25.506,69		167.605,49
Outras construções	0,00			0,00
	142.098,80	25.506,69	0,00	167.605,49
TOTAL	26.006.306,33 €	1.399.997,39 €	-15.207,89 €	27.391.095,83 €
Provisões para investimentos financeiros				
Partes de capital	18.000,00			18.000,00
Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
Outras aplicações financeiras	0,00			0,00
TOTAL	18.000,00 €	0,00 €	0,00 €	18.000,00 €

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no período e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não foram efetuadas quaisquer reavaliações do ativo imobilizado no período económico em causa.

8.2.11 Quadro discriminativo das reavaliações.

Como não foram efetuadas reavaliações não foi elaborado o quadro discriminativo destas.

8.2.12 Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no POCAL:

Não aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

Não aplicável.

Imobilizações reversíveis:

Não aplicável.

8.2.18 Discriminação da conta "Outras Aplicações Financeiras" com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de Balanço.

Não aplicável.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificam a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora.

Não existem situações desta natureza.

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa das CONTAS DE ORDEM.

As garantias e cauções prestadas e devolvidas do exercício de 2019 constam no mapa seguinte:

Código e Designação das Contas	Saldo gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções						
Clientes						
21.7 Clientes e utentes		22.415,95	10.725,77	7.948,39		19.638,57
Fornecedores						
26.8.3.9.1 - Cauções fornecedores imobilizado		444.836,57	51.156,43	88.631,34		482.311,48
26.8.3.9.1 - Cauções fornecedores c/c		19.000,00				
	0,00	486.252,52	61.882,20	96.579,73	0,00	501.950,05

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando

O desdobramento das contas de provisões acumuladas consta do mapa em anexo.

Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas				
Provisões para riscos e encargos	52.979,61		22.500,00	30.479,61
Provisões para depreciações de existências				
Provisões para investimentos financeiros	18.000,00			18.000,00

8.2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – “Fundo Patrimonial”, constantes do balanço.

Rubrica POBAL	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	Fundos Próprios				
51	Património	24.460.003,98			24.460.003,98
55	Ajustamentos de Partes de capital em empresas				
56	Reservas de Reavaliação				
	Reservas:				
571	Reservas Legais	8.835.059,10	24.512,06		8.859.571,16
573	Reservas Contratuais				
575	Subsídios				
576	Doações				
577	Reservas decorrentes da transferência de activos				
59	Resultados Transitados	3.777.032,34	497.866,10	23.990,75	4.250.907,69
881	Resultado líquido do exercício município	490.241,29	1.110.364,37	490.241,29	1.110.364,37
	Total	37.562.336,71	1.632.742,53	514.232,04	38.680.847,20

Durante o período de 2019, ocorreram movimentações na conta 59 – Resultados transitados, relacionados com a aplicação do resultado de 2018 e com todas as situações relacionadas com correções relativas a exercícios anteriores com algum significado.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e consumidas
Existências Iniciais	0,00	53.410,13
Compras	0,00	107.410,48
Regularizações de Existências	0,00	2.814,91
Existências Finais	0,00	53.054,96
CMVMC	0,00	110.580,56

8.2.30 Demonstração da variação de produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	0,00	0,00	0,00
Regularização de inventários	71.041,52	0,00	0,00
Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
Aumento/redução no período	71.041,52	0,00	0,00

A variação de produção no âmbito do Município de Sernancelhe [registada na conta 73] tem a ver com a valorização da água tratada. Considera-se que a água adquirida às Águas do Norte, SA deve ser considerada como matéria-prima, já que o custo da água distribuída aos consumidores pressupõe, para além daquele gasto, os encargos com a distribuição. Tratando toda a água entrada no sistema de abastecimento como produto acabado, o custo estimado de produção deve incluir todos os custos incorridos com a aquisição/distribuição e captação/distribuição.

Assumindo que toda a água adquirida/captada é distribuída, há que evidenciar qual o valor de água que é autoconsumido pelo próprio município, através dos seus equipamentos e serviços. A estimativa de água autoconsumida em regas, nas piscinas, no pavilhão, nos diversos equipamentos e serviços municipais foi de 22.855,27 €. Teve por base a estimativa de autoconsumo apresentada pelos serviços técnicos e a valorização apurada pelos serviços de contabilidade. Refira-se que em 2019, foi apurado o montante de 48.186,25 € referente à valorização das perdas de água de carácter extraordinário, pela ineficiência do serviço prestado [valorização da água não faturada acima do limite aceite pelo ERSAR, ou seja, 20%].

8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	6.428,63	7.121,84	781	Juros obtidos	1.346,57	1.742,22
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	668,80	1.247,67
683	Amortizações de investimentos em imóveis	25.506,69	25.321,00	783	Rendimentos de imóveis	676.171,82	620.171,97
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos da participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagam. Obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	7.223,38	7.058,52	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados Financeiros	689.028,49	583.652,50				
	Total	678.187,19	623.161,86		Total	678.187,19	623.161,86

8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de Capital concedidas	89.194,06	65.487,69	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	51.001,16	47.226,35	793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	1.875,00	229.021,68	794	Ganhos em imobilizações	142.107,22	163.733,57
695	Multas e penalidades			795	Benefícios de penalidades contratuais	8.644,39	2.652,80
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	22.500,00	
697	Correcções relativas a exerc. anteriores	8.298,64	2.446,89	797	Correcções relativas a exerc. anteriores		
698	Outros custos e perdas extraordinários	27.054,55	4.806,90	798	Outros Prov. Ganhos Extraordinários	486.737,64	510.212,78
	Resultados Extraordinários	482.565,84	327.609,64				
	Total	658.989,25	676.599,15		Total	658.989,25	676.599,15

8.2.33 Outras Informações consideradas relevantes.

Nada a relatar.

PARTE 4

MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ÓTICA ORÇAMENTAL